

PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FABIANA CAMPOS SILVA

COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE ESTÃO INSERIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA: um olhar através dos Projetos Pedagógicos das escolas.



**FABIANA CAMPOS SILVA**

**COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE ESTÃO  
INSERIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE  
CHAPADINHA-MA: um olhar através dos Projetos Pedagógicos das escolas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza

Santa Cruz do Sul – RS

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Fabiana Campos

Como as políticas públicas de acessibilidade estão inseridas no ambiente escolar no município de chapadina-ma: : um olhar através dos Projetos Pedagógicos das escolas. / Fabiana Campos Silva. – 2021.

71 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza.

1. Políticas públicas. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão. 4. Educação básica. 5. Chapadinha. I. Souza, Camilo Darsie de. II. Título.

“Se o lugar não permitir o acesso a todas as pessoas, esse lugar é deficiente”

(Thaís Frota)

“Para que a inclusão seja pertinente, a educação deverá torná-la evidente”

(Gretchen Stipp)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as oportunidades e graças a mim concedidas.

Aos meus filhos Isabelly e David, pela compreensão que tiveram em todo esse período de trabalho matutino, vespertino, noturno e durante as madrugadas e fins de semana de estudos, em que tive que abdicar do tempo que tinha para estar com eles, para estar estudando. Sou muito grata meus filhos, pela parceria, compreensão, carinho e amor que sempre tiveram comigo.

Aos meus pais biológicos e meus pais de criação, que cuidaram dos meus filhos enquanto estive doente do Covid-19 e quando precisei me isolar para concluir esse trabalho, agradeço ainda por todos os cuidados e incentivo nos meus estudos e pela criação que me proporcionaram.

A toda minha família, aos meus irmãos pelos incentivos em especial a minha irmã Angelita e a minha sobrinha Vitória que foram o motivo pelo qual escolhi esse tema, tenho muito orgulho de você minha irmã, jamais desista. Ao meu companheiro que ficava ao meu lado em todas as minhas madrugadas de estudos, me incentivando e não permitindo que eu desistisse da realização desse sonho. Não poderia deixar de enfatizar meus amados sobrinhos(as), vocês foram peças fundamentais nessa construção, muito obrigada por acreditarem em mim.

Aos meus amigos verdadeiros, que facilmente ocupam espaço de família em meu coração, pelas inúmeras vezes que pensei em desistir, que me senti cansada e recebia aquela mensagem de motivação me lembrando de todos os motivos que me levaram a chegar até aqui, minha sincera gratidão.

Aos colegas de turma do Minter, que foram parceiros nessa jornada, segurando na minha mão virtual, compartilhando textos, arquivos, no intuito de me ajudar nessa caminhada.

À Faculdade do Baixo Parnaíba em nome da professora Nony Braga, diretora de ensino e a professora Nilzete diretora administrativa, pela oportunidade e amizade. Minha querida professora e amiga Nony, não há palavras para descrever minha gratidão, você foi a grande idealizadora desse projeto que foi trazer o mestrado em parceria com a UNISC para Chapadinha e com isso, mais uma vez, assim como aconteceu lá em 2005, a senhora possibilitou que eu concretizasse meu sonho, que era ingressar em uma Faculdade. Agora, 16 anos depois, estou buscando concluir o mestrado e seria hipocrisia da minha parte não admitir que a senhora foi a grande incentivadora, já que sempre acreditou em mim e em meu potencial, mesmo quando nem mesmo eu acreditava, muito obrigada. Aos meus companheiros de trabalho, obrigada por tudo, aprendo diariamente com cada um de vocês.

À todos os professores do Minter, em especial meu orientador, professor Camilo, obrigada pela paciência e ensinamos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho. Obrigada!

## RESUMO

A acessibilidade é definida como a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, de espaço, de mobiliário, de equipamento urbano e de elementos. Partindo dessa definição da ABNT, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a existência e a aplicação de políticas públicas de acessibilidade nos Projetos Pedagógicos das escolas da rede pública municipal de ensino de Chapadinha, no Maranhão. A proposta metodológica utilizada foi a análise documental, tendo em vista a análise dos projetos pedagógicos de quatro escolas do município. As escolas escolhidas foram: Unidade Integrada José Augusto Costa, Unidade Integrada Lucas Tranquedo, Unidade Integrada João Carneiro e Pré-escola Universo da Criança. O trabalho está organizado com capítulos teórico-metodológicos que apresentam os conceitos de acessibilidade, políticas públicas, inclusão e exclusão. Posteriormente, segue com o resultado e discussão da pesquisa, onde há a descrição do contexto histórico de cada escola e a análise de seus respectivos projetos pedagógicos. De modo amplo, é possível argumentar que o município de Chapadinha - MA, através da secretaria de educação, não desenvolve por completo projetos sociais que considerem a inclusão de todos, para que os alunos se sintam motivados e contemplados nas atividades, independentemente de suas deficiências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Acessibilidade, Inclusão, Educação Básica, Chapadinha.

## ABSTRACT

Accessibility is defined as the condition of reach, perception and understanding for the safe and autonomous use of buildings, space, furniture, urban equipment and elements. Based on this definition by ABNT, the objective of this research was to analyze the existence and application of public accessibility policies in the Pedagogical Projects of public schools in Chapadinha, Maranhão. The methodological proposal used was the document analysis, in view of the analysis of the pedagogical projects of four schools in the city. The schools chosen were: José Augusto Costa Integrated Unit, Lucas Tranquedo Integrated Unit, João Carneiro Integrated Unit and Universo da Criança Kindergarten. The work is organized with theoretical-methodological chapters that present the concepts of accessibility, public policies, inclusion and exclusion. Afterwards, it follows with the result and discussion of the research, where there is a description of the historical context of each school and the analysis of their respective pedagogical projects. Broadly, it is possible to argue that the city of Chapadinha - MA, through the Department of Education, does not fully develop social projects that consider the inclusion of everybody, so that students feel motivated and contemplated in the activities, regardless of their deficiencies .

**Keywords:** Public Policies; Accessibility; Inclusion; Basic Education; Chapadinha.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LBI	Lei Brasileira da Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NRB	Norma Brasileira
PP	Projeto Pedagógico
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
U.I	Unidade Integrada

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Demonstrativo da escola polo, matrículas e escolas atendidas por polos	39
Quadro 2	Turnos, modalidade e matrícula	47

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	Entrada da Escola	45
Figura 2	Sala de Atendimento educacional especializado - AEE	46
Figura 3	Entrada da Escola	51
Figura 4	Sala de Atendimento educacional especializado - AEE	52

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 ACESSIBILIDADE: ELEMENTO INDISPENSÁVEL NOS DIFERENTES ESPAÇOS DA VIDA PÚBLICA E PRIVADA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Acessibilidade escolar: a luta em conquistar e garantir seu espaço no ambiente escolar .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Um olhar para a inclusão: como ela é entendida .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Conceitos e/ou interpretações que perpassam pelos termos: inclusão, exclusão, in/exclusão, incluído .....</b>	<b>24</b>
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE: DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA .....</b>	<b>28</b>
<b>4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO: ESPAÇO, SUJEITOS E OBJETOS .....</b>	<b>34</b>
<b>5 PROPOSTA METODOLÓGICA .....</b>	<b>36</b>
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>39</b>
<b>6.1 Pré-Escola Universo da Criança.....</b>	<b>40</b>
<b>6.2 Unidade Integrada João Carneiro .....</b>	<b>43</b>
<b>6.3 Unidade Integrada José Augusto Costa .....</b>	<b>47</b>
<b>6.4 Unidade Integrada Lucas Tranquedo .....</b>	<b>48</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ingressar no Mestrado em Educação foi um grande desafio para mim. Sou formada em Pedagogia, desde 2009, porém iniciei minha carreira profissional em 2007, na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), na cidade de Chapadinha-MA, onde cursei minha graduação. Permaneço na instituição até hoje, trabalhando na função de secretária acadêmica. Durante esse período, casei, tive dois filhos, me dediquei à família e ao trabalho e, infelizmente, acabei dando uma pausa nos estudos, fato que ocasionou um atraso no andamento das minhas conquistas acadêmicas.

Quando surgiu a oportunidade de cursar o Mestrado em Educação, a princípio, o medo quase tomou conta de mim. Esse medo estava relacionado às possibilidades de não passar na seleção, de não dar conta das tarefas e discussões, enfim, de não conseguir terminá-lo. Porém, o desejo de voltar a estudar, a força de vontade e a oportunidade de entender, me aprimorar no assunto, mostrar e discutir os desafios enfrentados por uma criança cadeirante e por toda a sua família para garantir o seu direito de frequentar a escola, conforme discorrerei, foram superiores a qualquer medo que invadia meu coração. Foi então que decidi encarar esse grande e maravilhoso desafio e aqui estou, escrevendo minha dissertação.

A vontade e o desejo também são os sentimentos que vejo através dos olhos de Vitória Aparecida, minha sobrinha. Vitória, no dia de seu nascimento, 12 de outubro de 2002, após um erro médico, foi diagnosticada com paralisia cerebral. Naquele momento, toda a expectativa de seu nascimento passou a ser acompanhada de muitas preocupações, entre elas, as possíveis sequelas e o modo como seria a vida daquela criança.

O tempo foi passando e, após inúmeras consultas, exames e observações referentes às suas limitações, descobrimos a parte do cérebro de Vitória que havia paralisado. Tal parte é responsável pela movimentação dos órgãos motores, ou seja, ela não iria caminhar, correr, se alimentar sozinha ou falar. Nesse momento, além de todas as preocupações que rodeavam a família, em especial sua mãe, minha irmã Angelita, algumas se destacavam: como será a vida de Vitória? Como será a sua convivência com as outras crianças? Como será a aceitação na escola?

Eram muitos os medos naquele momento e foi nesse ponto que percebi que ela, como qualquer outra criança em sua condição, merece e deve ser tratada da maneira mais próxima possível do modo como quaisquer outras crianças são tratadas, tendo em vista as suas especificidades e limitações. O difícil, nesse contexto, seria fazer com que aquela criança não ficasse triste diante das expressões e palavras das pessoas durante o primeiro contato.

Posteriormente, a idade de frequentar a escola chegou e com ela barreiras exorbitantes surgiram. A primeira refere-se ao fato de que as escolas, nessa pequena cidade do interior do Maranhão, chamada Chapadinha, não contam, em muitos casos, com estruturas arquitetônicas adaptadas para receberem cadeirantes. Assim, após uma primeira verificação, no intuito de procurar ambientes acessíveis, quando a mãe da Vitória foi efetuar sua matrícula, além da barreira arquitetônica que poderia limitar a sua adaptação ao ambiente para que possa ser mais autônoma, mais um empecilho à adaptação da menina foi encontrado: a aceitação.

Uma determinada escola, por exemplo, alegou que embora apresentasse estrutura adaptada, não contava com professores capacitados para lecionar para crianças como Vitória. Em outra, alegaram que os pais e as outras crianças não a aceitariam por ser uma menina “doente”. Porém, sua mãe não desistiu de levá-la para a escola, afinal ela tinha direito e então, com quatro anos de idade, uma escola da rede pública municipal aceitou recebê-la, entretanto, não contava com estrutura física adequada ou professores capacitados. As dificuldades encontradas foram inúmeras, mas a que mais incomodava era perceber que Vitória desejava frequentar a escola e se sentia excluída e triste ao ver o medo e a rejeição de colegas, professores e pais.

Levando em consideração que a inclusão passou a ser amplamente difundida, principalmente, depois da Declaração de Salamanca, de 1994 (BRASIL, 1997), que institui sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, a história de Vitória motiva o desenvolvimento desta pesquisa enquanto os princípios da inclusão a sustentam. Vale a pena destacar que o documento incentiva e valoriza o convívio comum entre a diversidade de pessoas, pois “[...] a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade.” (ARANHA, 2000, p. 2)

Continuando em sua trajetória escolar, Vitória precisou mudar de escola, pois cursaria o Ensino Fundamental e, após muitas buscas e solicitações na Prefeitura Municipal, seus pais conseguiram efetivar sua matrícula em outra escola e, dessa vez, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou uma cuidadora para acompanhamento. Porém, as dificuldades continuaram, visto que acessibilidade para chegar à escola, para entrar na sala de aula e, especialmente, para ir ao banheiro era precária, pois não havia condições adequadas.

Tal fato desconsidera completamente o que entendemos por direito ao acesso escolar, já que todo aluno deve ter garantida a possibilidade de acesso de forma segura e independente aos espaços escolares, conforme fundamentado na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2004), através da NRB 9050 que alerta que o conceito de acessibilidade pode ser tanto sobre elementos físicos quanto de comunicação, pois:

[...] a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbanos e elementos. A mesma norma define o termo *acessível* como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (MANZINI, 2005, p. 32)

Devido às dificuldades e riscos que envolviam o acesso à escola, por se tratar de uma instituição localizada em um bairro considerado perigoso e, ainda, ocorrer a troca da direção escolar, foi necessária mais uma mudança de ambiente de estudos. A nova escola por sua vez, encontrava-se próxima ao centro da cidade sendo, também, da rede municipal de ensino. Nela, havia uma cuidadora disponível, porém o acesso às salas de aula e aos banheiros ainda era limitado. Vale mencionar que aceitaram Vitória nesta escola devido ao fato de terem recebido verbas para acessibilidade de crianças com deficiência. Sei disso pois na época a própria diretora da escola nos informou, quando fomos efetuar sua matrícula, que a escola recebera verbas e que precisara apresentar o relatório para a secretaria que havia disponibilizado a quantia. Porém, o espaço físico era pequeno e, conforme adiantado, faltavam adaptações para acessibilidade em espaços diversos e, principalmente, dentro das salas de aula.

Foram anos de lutas, porém, também, de pequenas conquistas, afinal em meio a tantos desafios ela conseguiu vivenciar o ambiente escolar, conviver com outras crianças e também com professores. Atualmente, Vitória, estuda em uma escola da rede privada que dispõe de atendimento e espaços adequados. Mas, me questiono: E as famílias que não têm condições financeiras para arcar com uma escola particular para seus filhos, como foi o caso da Vitória até chegar a cursar o 7º ano? Como fica essa situação? São questões como essas que me inquietam, constantemente.

Observando essas dificuldades e entendendo a importância de políticas públicas de acessibilidade no contexto escolar, destaco a seguinte problematização: **Quais e como são aplicadas as políticas públicas de acessibilidade constantes nos Projetos Pedagógicos das Escolas da rede pública municipal de ensino de Chapadinha, no Maranhão?**

Sei que dificuldades existem, não somente para os alunos que dependem destas políticas públicas de acessibilidade, mas também para os pais, gestores, professores, equipes de apoio técnico e pedagógico bem como, para os outros alunos que fazem parte dos mesmos ambientes escolares. Essas dificuldades acabam aparecendo de muitas maneiras, assim, o importante é buscar compreender que esses alunos têm os mesmos direitos que os demais e que suas condições não podem estar limitadas pela exclusão ocasionada pela falta de acessibilidade. Pelo

contrário, é preciso descobrir, da melhor maneira possível, meios pedagógicos e estruturais que possibilitem a inclusão e a interação desses alunos com os demais e, partindo disso, que minimizem as dificuldades.

Essa mudança não se dá repentinamente, mas é preciso que se inicie de alguma forma, em algum lugar. E, porque não iniciar na escola, na sala de aula, nos espaços de convivência? É na escola que depositamos nossa maior confiança. Nela acreditamos que nossos filhos estão seguros, que estão sendo bem tratados. É preciso avaliar se os responsáveis pelas escolas compreendem o grau de importância que eles possuem na vida acadêmica e pessoal dos indivíduos, mas também se eles têm estruturas física e pedagógica para atender os alunos com deficiência.

As crianças com necessidades especiais associadas à acessibilidade precisam se sentir inseridas em todos os ambientes, principalmente nos ambientes escolares. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as políticas públicas de acessibilidade, nas escolas municipais da cidade de Chapadinha, no estado do Maranhão, através dos projetos pedagógicos de diferentes escolas. Assim, apresentadas as questões anteriores, destaco, na sequência, a organização deste projeto.

No próximo capítulo, apresento uma breve contextualização sobre a questão da “acessibilidade”, tendo em vista discorrer sobre elementos como: seu significado, os direitos que ela garante e sua aceitação na sociedade. Para tanto, faço uso do decreto nº 5.296/00, que regulamenta a Lei nº 10.048/00 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Dando sequência, destaco a Acessibilidade Escolar ao discorrer sobre as dificuldades, limitações e sobre a compreensão de que “Escola é para todos”. Seguindo, ainda no contexto da acessibilidade, falo sobre a luta relacionada à garantia de oportunidades no ambiente escolar.

Dando sequência, apresento “Um olhar para a inclusão: como ela é entendida?”, capítulo em que apresento questões sobre o modo como a inclusão é entendida e discutida, levando em consideração conversas informais sem fins acadêmicos, entre pais e professores de alunos com deficiência. Nesses relatos é possível observar como a inclusão é compreendida de formas diferentes por ambos os lados. Tal fato me deixou com mais vontade de pesquisar e de ter um contato mais direto com eles para entender, discutir e, quem sabe, juntos identificarmos onde se encontram as maiores dificuldades de acessibilidade para construirmos, talvez, metodologias que possam auxiliar nesse desafio.

Existe alguns termos que podem ser facilmente confundidos e com propósito de apresentar e fazer a distinção entre eles, o capítulo seguinte destaca questões que envolvem a “inclusão”, a “exclusão”, a “in/exclusão” e o “incluído”. No capítulo sequencial, escrevo sobre as dificuldades de acessibilidade na rede Pública de Ensino, norteadas pelas seguintes perguntas: Quais os maiores desafios? As escolas estão aptas para receber essas crianças?

Ainda, falo sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e sobre a proposta metodológica que utilizada para a construção da Dissertação. Após, apresento o resultado e discussão da pesquisa.

## 2 ACESSIBILIDADE: ELEMENTO INDISPENSÁVEL NOS DIFERENTES ESPAÇOS DA VIDA PÚBLICA E PRIVADA

Quando se fala em acessibilidade, muitos pensam que trata-se apenas de disponibilização de acesso físico adequado para pessoas com deficiência, porém a realidade é bem diferente. A pessoa com deficiência possui o direito de ser incluída em diversos meios sociais por meio do acesso físico e de oportunidades de entendimento e manifestação, portanto deve ser priorizada a possibilidade de participação de todos em tudo o que se oferece à sociedade: lazer, esporte, cultura, educação e trabalho. Nesse contexto, vale ressaltar que “as condições sociais, essas sim, são fontes geradoras de incapacidades, uma vez que é no próprio meio social que determinados indivíduos tornam-se reconhecidos como deficientes.” (SAETA, 1999, p. 54).

“[...] a partir da década de 80, que sinalizou o “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981), várias entidades ligadas à causa da deficiência iniciaram um movimento, visando integrar os indivíduos deficientes na sociedade, buscando mostrar que a pessoa não é a deficiência.

Esse movimento teve grande relevância para as pessoas com deficiência, pois ele foi o passo de entrada para que houvesse uma nova forma de olhar para essas pessoas, no intuito de mostrar a diferença entre a deficiência e o indivíduo, mostrar que a pessoa não é a deficiência, que ela pode responder por si, sobre os questionamentos e pela sua vida. Não é porque ela tem uma determinada deficiência que simplesmente anula todas as outras habilidades que ela possui.

Para exemplificar, trago um exemplo da minha sobrinha, Vitória. A maioria das pessoas quando se aproximam, não se direcionam a ela para cumprimentar ou para perguntar algo, mas falam diretamente com a mãe ou seu acompanhante. A comunicação não se dá diretamente a ela, mesmo que em sua cadeira de rodas tenha uma prancha de comunicação, onde é possível Vitória apontar o que ela deseja, as pessoas não se reportam a ela, como Saeta nos aponta quando diz que a pessoa não é a deficiência que ela pode responder por si.

SAETA (1999, p. 53) diz o seguinte: “ao entrarmos em contato com o diferente, desestabilizamo-nos e a necessidade de estabelecermos o equilíbrio nos faz lidar com a pessoa deficiente de maneira a generalizar sua deficiência, ultrapassando os limites de sua incapacidade específica”. Foi exatamente o que apresentei no exemplo, e essa situação está presente nas vidas de várias outras pessoas com deficiência, independente de qual seja ela. Por

isso a importância de não nos preocuparmos apenas com o espaço físico para inseri-los mas, também com o meio social.

A compreensão acerca das pessoas com deficiência é um dos fatores que interferem na legislação e nas políticas públicas estabelecidas para esse grupo social. Inclusão da pessoa com deficiência requer apoio das instituições públicas e privadas, diante das diferenças e da prestação do cuidado inclusivo. Por esse motivo ressalto o que traz a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 no Art. 2º, que diz que:

[...] ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1987).

É importante observar e compreender a relevância do apoio das instituições, independentemente de serem públicas ou privadas, e de se cobrar dessas instituições que a lei de nº 7.853, seja efetivamente aplicada, pois ela dispõe exatamente sobre esse apoio e sobre a responsabilidade dos órgãos em assegurar os direitos básicos das pessoas com deficiência.

Quando se fala em acessibilidade, é importante atentar ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as leis 10.048 de 8 de novembro de 2000, que visa dar prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BARROZO, 2012, p. 24). Esse decreto traz alguns conceitos e, dentre eles, se destacam: a) acessibilidade, enquanto condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; b) barreiras, definidas como quaisquer entraves ou obstáculos que limitam ou impeçam o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso a informação (BARROZO, 2012, p. 24). É importante ressaltar aqui como esses dois conceitos estão interligadas no sentido de garantir a utilização dos espaços, equipamentos, meios de comunicação e informação, ou seja, de garantir toda e qualquer necessidade que as pessoas com deficiência precisem, mas essa acessibilidade deve ser dada de forma correta. Não basta simplesmente fornecer alguns auxílios sem se preocupar sobre as barreiras que dificultam o acesso, a locomoção, a informação ou a comunicação das pessoas com deficiência.

Gabriely (2007) relata que as barreiras e dificuldades que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência, nos mais variados espaços, reforçam a ideia de um paradoxo na sociedade, ou seja, as pessoas que mais necessitam dos recursos de acessibilidade para sua locomoção, em muitos momentos, ficam ausentes de participações na sociedade.

No caso da Vitória, por exemplo, que por inúmeras vezes ficou impossibilitada de participar de eventos, de comemorações e de passeios escolares, por falta de acessibilidade, talvez essa dificuldade não tenha partido, necessariamente, das escolas ou dos professores, mas, de uma dimensão mais ampla que inquieta Nogueira (2007) quando diz que “Muitas vezes, devido às dificuldades que encontram nos transportes públicos, na locomoção urbana, entre outras barreiras, essas pessoas não praticam o direito de ir e vir, o que leva a falta de participação nos diversos setores da educação, transporte e lazer” (p. 18). Assim, é possível entendermos que essa dificuldade vai além do que está à nossa frente, de quem temos contato direto – no caso, escola e professores –, mas já vem desde as políticas públicas que envolvem os transportes, por exemplo, impossibilitando a escola de oferecer essa acessibilidade as crianças.

Segundo Mazzotta (2006, p. 32), “as dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais, configuram uma das mais perversas situação de privação da liberdade e a equidade nas relações sociais, fundamentais à condição de ser humano”. O autor, partindo disto, reflete acerca de uma preocupação quanto a liberdade na condição do ser humano, levando em consideração as dificuldades e limitações destacadas acima. Reflete ainda sobre a questão de que acessibilidade não se trata apenas da possibilidade de entrar em determinado ambiente, mas é um elemento indispensável nos mais diferentes espaços da vida, sendo ela pública ou privada. Não trata apenas de possibilitar a acessibilidade, mas de como ela está sendo ofertada, atendendo a condição humana.

Como traz a Constituição Federal (1988), no Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa lei deixa claro que a educação é um direito de todos, independentemente de ser uma pessoa com deficiência ou não. Além disso, enfatiza a importância de que a sociedade tem de promover e incentivar a garantia desse direito.

Esse direito à Educação faz parte dos direitos sociais de cada indivíduo. É através da educação que o cidadão se qualifica para o mercado de trabalho, ela também abre caminhos para a participação na sociedade. Se um indivíduo, por exemplo, não tem nenhum acesso à educação, fica incapacitado de exigir e exercer seus direitos, sejam eles econômicos, civis, sociais, políticos, ou ainda, sua inclusão na sociedade fica prejudicada.

Infelizmente mesmo o acesso à educação sendo um direito de todos, ainda existem crianças e adolescentes que trabalham para ajudar no sustendo da família, como podemos observar nos jornais ou na internet. Para elas, a educação acaba não sendo prioridade, não por culpa delas, mas por toda uma conjuntura de dificuldades familiares, e as pessoas com deficiência, que além de terem que lutar para garantir esse direito também ainda sofrem com a questão da acessibilidade de forma inadequada em muitas escolas como podemos observar a seguir.

## **2.1 Acessibilidade escolar: a luta em conquistar e garantir seu espaço no ambiente escolar**

O acesso à escola para alunos com deficiência ainda continua muito limitado, principalmente na região onde moro, porém, falando no contexto geral, a Secretaria de Educação e as escolas estão cada vez mais empenhadas em buscar formações sobre a temática da inclusão para os professores. São chamados profissionais de diferentes áreas como da Saúde, da Psicologia, da Psiquiatria e da Psicopedagogia, entre outras, a fim de tornar a instituição escolar mais inclusiva.

Questiono, então, a forma como esses profissionais, por meio dos discursos que lhes envolvem, estão produzindo a inclusão, articulando esta como responsabilidade da escola, exclusivamente. Entendo que a inclusão não é uma novidade no meio escolar, nem causa – ou não deveria causar – tanta estranheza entre os professores. “Desde a invenção da escola moderna, a necessidade de incluir a todos já se fazia presente de alguma forma, porém, esses “todos” dependem do contexto histórico em que se apresentam as demandas sociais, as relações políticas, culturais e econômicas” (LOPES, FABRIZ, 2010, p. 161).

Adiantando o que virá pela frente, destaco que após analisar os projetos pedagógicos que escolhi para esta pesquisa, foi possível observar que o município de Chapadinha - MA, através da secretaria de educação, não desenvolve por completo projetos sociais que considerem a inclusão de todos, para que os alunos se sintam motivados e contemplados nas atividades, independentemente de suas deficiências. Acontece que implantam-se, nas escolas, rampas, corrimãos, adesivos informativos, entre outros e considera-se, nos Projetos Pedagógicos das escolas, alunos com necessidades educacionais especiais ao mesmo tempo em que não se aplicam outras práticas necessárias para a inclusão. Colocar no papel as práticas desejáveis não significa dizer que de fato acontecem, pois colocar uma rampa na escola, não significa que estejam sendo seguidos os padrões exigidos. Se existe corrimão, se o piso dessa rampa é antiderrapante, será que as escolas se preocupam em aplicar de forma correta essas exigências, ou simplesmente disponibilizam pelo fato da obrigatoriedade? Logo mais à frente quando apresentarei os resultados dessa pesquisa, será possível responder a essa pergunta com clareza.

Para além de apenas preparar a estrutura física das escolas, existe uma preocupação ainda maior, qual seja, a que envolve as práticas pedagógicas a serem adotadas em sala de aula pelos professores para contemplar as pessoas com deficiência. Como exemplos, destaco algumas que seriam óbvias como, Libras, Braille, literatura inclusiva ou ainda tecnologias assistivas, para que essas pessoas sintam-se de fato em um ambiente e uma educação pensada para todos.

A escola precisa ser uma instituição pensada para todos, onde cada indivíduo consiga se identificar dentro de seus ambientes. Varela (1995) nos leva a pensar no poder disciplinar que operava nas práticas pedagógicas disciplinares que agiam sobre os saberes e o corpo dos indivíduos, objetivando a construção da sociedade Moderna, ao analisar as categorias espaço-temporais. De acordo com a autora, a partir do século XVI, com a constituição dos Estados Modernos, o processo de individualização intensificou-se e estendeu-se em conexão com a crescente divisão social do trabalho e o aumento da densidade da população nas zonas urbanas.

Em relação ao espaço, Varela (1995, p. 42) coloca que é fundamental abandonar paulatinamente:

[...] o princípio de clausura [o qual] deixa de ser constante, indispensável e suficiente. O importante agora é a redistribuição dos indivíduos no espaço, sua reorganização, a maximização de suas energias e de suas forças, sua acumulação produtiva tão necessária para a acumulação de riquezas, para acumulação de capital. A cada indivíduo a de se determinar um lugar, uma localização precisa no interior de cada conjunto. Os indivíduos hão de estar vigiados e localizados permanentemente para evitar encontros perigosos e comunicações inúteis, se de fato se quer favorecer exclusivamente as relações úteis e produtivas.

Esse pensamento de Varela (1995), conforme entendo, fala sobre a importância em distribuir os indivíduos nos espaços, em fazer uma organização, deixar claro e determinado um lugar específico para cada um e, na perspectiva de favorecer as relações úteis e produtivas, deveria se evitar comunicações inúteis ou encontros perigosos. Um pensamento como esse, vai contra tudo o que venho apresentando até aqui, pois entendo que o indivíduo precisa se sentir bem em todos os ambientes que estiver e não se sentir vigiado, preso a uma determinada política que foi estabelecida. O ambiente escolar deve ser de acesso a todos, de conversas paralelas, de trocas de opiniões, só assim será possível todos se sentirem incluídos.

Segundo Foucault (1995), uma institucionalização desse poder colocou em funcionamento formas de disciplinamento dos corpos dos indivíduos no sentido de manter a ordem, produzindo sujeitos normais: mais adaptados, submissos, dóceis e úteis aos interesses das modernas sociedades industriais. No entanto, nada se dava de forma tranquila, pois o Estado interventor precisava neutralizar os movimentos de luta mediante uma política de harmonização

dos interesses dos trabalhos e do capital. Aqui fica claro que existia um padrão de indivíduo a ser produzido, o dito sujeito normal, o que não se enquadrava nesse padrão, não tinham espaços nesses ambientes.

Em relação à escola pública, Alvarez-Uria (1996) diz que serviu como um espaço civilizador das crianças “obreiras”, fazendo surgir novas figuras da infância, entre elas, a figura da infância anormal. Responsabilizavam-se especialmente as crianças das classes populares por todos os males sociais, surgindo, assim, um novo campo institucional de intervenção e de extração de saberes para dar conta das crianças que não se adaptavam à escola disciplinar. Essa infância considerada delinquente e anormal fez surgir “novos dispositivos de poder que implicavam a reutilização do espaço e do tempo, uma visão diferente da infância, a produção de novas formas de subjetividade, que eram inseparáveis de um novo estatuto de saber” (VARELA, 1995, p. 46).

Partindo dos apontamentos recém feitos, destaco que representantes da Escola Nova, como Maria Montessori, Ferrière, Decroly, entre outros, rejeitam os métodos tradicionais de ensino, alegando que toda prática do exame homogeneiza as atividades escolares, tomando todos como iguais: “[...] cada idade se parece a todas as demais, cada cadeira a todas as demais e cada criança a todas as demais [...]” (VARELA, 1995, p. 47). Assim, argumento que precisamos aprender a repensar as metodologias de ensino. Os métodos tradicionais devem ser deixados para trás, para que só assim possamos atender a todas as crianças da mesma forma, em Chapadinha – MA, infelizmente acompanhando a experiência com minha sobrinha, percebo essa dificuldade com relação aos métodos de ensino.

A “escola para todos” foi se constituindo e muito mais que dar oportunidades iguais a todos, o que se tentava era ensinar todos a partir de métodos universais, baseados em saberes também universais. Legitimando-se pela crítica a um modelo anterior de exclusão, pretendia-se incluir todos em nome de uma harmonia social com custos cada vez menores. Como duvidar do lugar onde, por excelência, se ensina e se aprende? A escola é vista como parte de nossa sociedade, primando e buscando incessantemente – ao menos, em seus discursos – pela escolarização para todas as pessoas.

Assim como foi constituída a “escola para todos”, foi também constituído a educação para todos. Podemos observar que a preocupação vem desde a base, na Educação Infantil. No documento do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Especial (SEESP), em 2006, sobre a formação continuada para professores e a organização do currículo, dentre várias abordagens que ele apresenta, ressalto o seguinte trecho:

[...] a organização e estruturação do currículo na educação infantil compreende dois eixos de experiências: formação pessoal e social (identidade, autonomia, brincar,

movimento e conhecimento de si e do outro) e conhecimento do mundo (diferentes formas de linguagem e expressão, artes, música, linguagem oral, escrita e matemática, conhecimento da natureza e sociedade[...] (MEC/SEESP, 2006, p. 22).

O documento nos trás a importância da organização no currículo, de uma escola, para que desde a Educação Infantil já haja a preocupação para a formação pessoal e social da criança e no conhecimento do mundo nas diversas formas de linguagem. Em se tratando das crianças com deficiência o documento é bem específico quando diz:

[...] na educação de crianças com necessidades educacionais especiais, esses conteúdos são essenciais e indispensáveis para a promoção do desenvolvimento integral, do processo de aprendizagem e da construção do conhecimento. Eles requerem ajustes ou adaptações em três níveis: no projeto pedagógico, no currículo desenvolvido na sala de aula e algumas vezes, no plano individual[...] (MEC/SEESP, 2006, p. 22).

Esse trecho deixa clara a importância de ajustes e adaptações em três níveis, dentre eles, o projeto pedagógico das escolas, que são os documentos que analisei no decorrer dessa pesquisa. Nesse sentido, busquei, de certa forma, tensionar os modos como gestores e/ou supervisores das escolas os entendem.

## **2.2 Um olhar para a inclusão: como ela é entendida?**

Trazendo alguns relatos de experiências, que obtive através de conversas prévias e informais, sem fins acadêmicos, com alguns pais e professores de alunos com deficiência, pude observar questões sobre as dificuldades, esperanças e desejos de inserção dessas crianças em ambientes educacionais adequados.

Quando temos, em nossa família, uma pessoa com deficiência, acabamos conhecendo outras pessoas na mesma condição e compartilhamos experiências. Se tratando dessas experiências, o que mais me chama a atenção e me faz buscar trabalhar essa temática, é o desejo dessas crianças e famílias de garantirem o direito a educação, com ambientes e metodologias adequadas e a persistência diante dos obstáculos encontrados do decorrer dos seus caminhos.

Com relação aos relatos de alguns professores que tive a oportunidade de dialogar sobre essa temática, observei infelizmente que muito embora alguns professores compreendam a importância de se garantir políticas públicas de acessibilidade, acabam simplesmente as deixando no ambiente escolar, sem garantir a elas um atendimento adequado. Isso ocorre,

principalmente, pela escola não dispor de recursos ou pelo fato de serem poucos professores para um número superior a 40 alunos.

Levando em consideração esses relatos, é importante ter a compreensão de que é necessário avaliar cada uma das situações pois, mesmo que consideremos a acessibilidade uma questão simples, o que de fato não é, ou que não somos contra as práticas e políticas que as inventam só pelo fato de as problematizarmos. É necessário compreendermos que a inclusão vai muito além do que observamos de imediato, que adaptações necessárias são bem mais complexas do que imaginamos, não se trata apenas de colocar rampas, de colocar adesivos indicativos ou de inserir essas crianças na escola, mas observar e garantir que essas medidas estejam sendo tomadas de forma adequada.

Nesse contexto, compreendo que a inclusão é entendida de várias formas no decorrer dos tempos, pode ser entendida como conjunto de práticas culturais e sociais que se quer disciplinar, acompanhar ou regulamentar, é entendida como conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro. E como você entende a inclusão? Como os pais entendem a inclusão? Como as pessoas com deficiência e os professores entendem a inclusão?

São tantos sentidos que damos a inclusão, são pontos de vista e entendimentos diferentes, dependendo das experiências de cada indivíduo. Um ponto crucial que devemos analisar é que ela é vista como uma ordem que a todos se impõe. Isso se dá graças ao caráter natural que não problemáticamente é atribuído a ela. Nesse sentido a inclusão é quase sempre vista como um princípio dado, inatacável e inquestionável.

Nos relatos que tive a oportunidade de ouvir, pude observar como a inclusão é compreendida por essas pessoas de formas diferentes. Muitos pais, afirmam que seus filhos têm direito a inclusão, porém relatam que para eles as crianças com deficiência precisam ser colocadas a qualquer custo e de qualquer forma nos ambientes, que por terem esse direito, é preciso aceita-las nos espaços, mesmo contra a vontade. Outros pais compreendem que há esse direito, porém para eles o mais importante é seus filhos se sentirem bem naquele ambiente, e se isso não é possível, acabam desistindo. Às vezes desistem de leva-los à escola, às praças, igrejas e limitam essas pessoas ao espaço familiar, para não terem que criar embates com outras pessoas nesses ambientes.

No que diz respeito a alguns relatos dos professores, muitos destacam, a falta de formação adequada, alguns a falta de recursos e meios para lecionar e outros relatam que desconhecem o projeto pedagógico da escola e que sequer são informados sobre a existência de alunos com deficiência. Dos relatos, o que me chamou bastante atenção foi relativo a pais de

alunos sem deficiência que não admitem a inclusão, por acreditarem que as escolas vão baixar o nível de atendimento para com seus filhos ao priorizarem as crianças com deficiência. Esses relatos serviram para me motivar a pesquisar mais a fundo sobre essa temática.

Ressalto que esses relatos foram apenas através de conversas de trocas de experiências, no intuito de compreender um pouco o ponto de vista de cada um no que diz respeito a compreensão do significado de inclusão a partir do contexto de cada um, sendo eles pais, alunos ou professores.

A inclusão prevê de forma radical, completa e sistemática a inserção escolar, neste sentido todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A proposta das escolas inclusivas é promover um modo de organização do sistema educacional, na perspectiva de considerar a necessidade de todos os alunos e estruturar a escola em função dessas necessidades (MANTOAN 2003).

### **2.3 Conceitos e/ou interpretações que perpassam pelos termos: inclusão, exclusão, in/exclusão, incluído**

Embora eu parta da história de vida da minha sobrinha Vitória e o foco do projeto seja as políticas públicas de acessibilidade, é importante ressaltar que a inclusão não se trata, apenas, de pessoas cadeirantes, mas entre os corpos da inclusão estão: mulheres, negros, pessoas com deficiência, pessoas com diferentes sexualidades. Ainda é notório como essas pessoas são tratadas com indiferença, muitas das vezes sem perceber, como se já fosse natural alguns posicionamentos, perguntas ou comentários, principalmente em se tratando de diferentes sexualidades que é muito comum aqui em minha cidade.

Como nos traz Hillesheim (2019, p. 1) “no que se refere à incitação à inclusão, existem duas direções: uma diz da dedicação e persistência necessárias ao indivíduo para ser incluído; a outra, das ações e práticas de solidariedade e respeito que devem ser realizadas por todos para garantir a inclusão”. É importante compreendermos essas duas direções, no sentido de os incentivarmos a não desistirem, mesmo diante de tantas dificuldades. A outra, no sentido de que além desse incentivo, é necessário buscarmos ações, campanhas, praticarmos solidariedade, pois uma vez que demonstramos respeito, outras pessoas também podem passar a respeitar e assim, juntos garantirmos a inclusão.

Outro ponto relevante a ser tratado no âmbito da inclusão, trata da lógica binária. Essa lógica é regida por dois polos opostos sendo eles: (inclusão x exclusão), isso se dá porque a inclusão é revestida de valores tidos como inquestionáveis, em especial porque se constrói a

partir de uma aparente oposição com a noção de exclusão. “A inclusão é compreendida mediante sentimentos e atitudes positivas (amor, solidariedade, tolerância, respeito...), enquanto que a exclusão é enunciada a partir do negativo (intolerância, preconceito, sofrimento...)”, Hillesheim (2019, p. 2). Fica claro aqui do que trata a inclusão e a exclusão, o quanto uma diverge da outra e como as duas caminham juntas.

Trazendo para minha experiência, observo a inclusão quando chego na sala de aula da atual escola com minha sobrinha e percebo o carinho, a vontade e a presteza de alguns colegas de sala e professores em fazê-la se sentir bem naquele ambiente. Isso ocorre, por exemplo, no momento em que pedem permissão para ela e a conduzem para a lanchonete para fazer parte daquele momento junto deles ou quando as levam para a área de vivência da escola e buscam maneiras de interagirem com ela. Ainda, observo, na sala de aula, alguns colegas fazendo questão de coloca-la aos seus lados, bem como os professores buscam maneiras de fazê-la interagir em suas aulas, por meio de práticas diferenciadas para atender a ela e ao mesmo tempo os outros alunos. Por outro lado, também observei a exclusão presente em muitos momentos, a partir de alunos que passavam para o outro lado do corredor, para não ter que passar ao lado dela, de professores que se recusavam a buscar metodologias diferentes que abrangessem a todos os alunos, de diretores de algumas escolas quando se recusavam a recebe-la na desculpa que os pais das outras crianças não iriam tolerar uma criança “doente” junto com seus filhos, “normais.

Seria muito simples, se essa lógica binária fosse vista apenas dessa forma, tudo ficaria bem mais cômodo partindo desse pensamento, porém tratar dessa lógica é bem mais complexa do que apresentei aqui. Não trata apenas de julga-las como boas ou ruins, mas, sim como diz Hillesheim (2019, p. 2), de “[...] tentar pensar de outros modos, desconstruindo o binarismo que constitui tais noções e problematizando as formas pelas quais as mesmas se entrelaçam [...]”. Não basta julgar, apresentar os dois lados como fiz nos exemplos que dei anteriormente, mas é necessário haver uma preocupação em problematizar: porque a inclusão é vista como atitudes positivas, de sentimento e a exclusão do sofrimento, do negativo? Porque elas se entrelaçam?

Nas palavras de Hillesheim (2019, p. 54), a:

[...] inclusão e exclusão não estabelecem entre si uma relação de oposição, pois são concepções tão fundidas quanto aos lados de uma mesma moeda: uma vez que se têm diferentes sujeitos a incluir, diversas são as práticas para que a inclusão trabalhe em prol de si mesma e não acabe por promover o seu outro lado.

Compreende-se então, que inclusão e exclusão estão interligadas e não opostas, como frequentemente pode-se pensar, no sentido de que existe inúmeros sujeitos a incluir em diversas

situações, isso faz com que a inclusão busque várias práticas para se firmar consequentemente o seu outro lado fique encoberto.

Com base no exposto acima apresento o que traz Veiga-Neto (2011, p. 125), no que diz respeito a:

[...] problematizar o caráter natural que é atribuído à inclusão, entendendo que as políticas que a promovem, bem como os usos da palavra *inclusão*, em circulação, afinam-se tanto com a lógica do binário moderno *inclusão x exclusão* quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão funde-se com a exclusão. É em decorrência de tal fusão que, de uns anos pra cá, temos grafado *in/exclusão* para designar algumas situações.

As situações a que Veiga-Neto (2011) se refere dizem respeito ao fato de a inclusão não se tratar de algo da direita que se opõe sobre a esquerda, tampouco dos dominantes sobre os dominados ou, ainda, dos normais sobre os anormais. A inclusão pode ser entendida como uma condição de vida, na busca pelo direito de se autorrepresentar, como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para os outros. Neste sentido, pode ser entendida ainda como um conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, destinadas àquela população que se quer disciplinar, acompanhar ou regulamentar, parte com isso principal e especialmente de cada indivíduo, de como se constitui, de como ele escolhe viver.

Hillesheim (2015, p. 131) aponta que as relações entre os termos inclusão e exclusão, “[...] são de várias ordens, pois tanto só faz sentido falar em incluir aquilo que, em um primeiro momento foi excluído, quanto se pode pensar a inclusão como um processo inacabado, visto que a exclusão sempre está implicada na inclusão [...]”. Fica claro como as duas estão interligadas, que uma só existe por causa da outra.

Veiga-Neto (2011) fala sobre o mundo que *a priori* é tomado como isotrópico, ou seja um mundo sem diferença, com propriedades físicas idênticas em qualquer direção, consequentemente, na ausência de diferença não existe transferência de energia, não existe potência, simplesmente pela inexistência da diferença de potencial, nesse sentido, qualquer diferenciação, que por ventura viermos a encontrar nesse mundo, qualquer distribuição desigual, é vista como uma situação que contraria a natureza do mundo.

Para uma compreensão dos chamados excluídos, Veiga-Neto (2011, p. 128) traz o seguinte pensamento:

[...] a partir desses entendimentos, pensa-se que o natural seria que todos ocupassem igualmente os espaços sociais; se assim não ocorre, é porque alguns, em seu próprio benefício, operam uma intervenção espúria, uma distribuição Anômala — contra os interesses dos outros e contra a natureza do mundo. Esses outros são chamados excluídos. Incluir significa, então, restaurar uma ordem natural perdida, isso é, voltar a um estado original que seria próprio do mundo e bem por isso, da própria natureza dos seres humanos.

Como seria nossa sociedade se não houvesse diferença entre as pessoas nos espaços, se todos ocupassem igualmente os espaços sociais, Veiga-neto nos inquieta nesse sentido, de que alguns pensam apenas em si, não levam em consideração o outro, por esse motivo esse outro torna-se excluído. Para tratar entre a diferença de exclusão e excluídos, usarei o que diz Lopes (2009, p. 157). Para ela a exclusão:

[...] está sempre associada aos analfabetos, às pessoas com deficiência, aos doentes mentais, àqueles que não conseguiram aprender na escola, aos alunos matriculados em escolas especiais e regulares — mas que não aprendem —, aos meninos de rua, aos velhos abandonados, aos pobres e as minorias em geral.

Enquanto que os excluídos são aqueles que escapam de tudo que envolve o estado, de seus sistemas, de atendimentos no âmbito previdenciário ou de assistência, os espaços onde vivem, são aqueles onde sua presença não implica mudanças, sendo elas no espaço ou nas relações que nele se estabelecem.

Nesse sentido compreende-se que mudanças são necessárias no intuito de incluir todos em um mesmo espaço ou nas relações. E não incluir para excluir, ou seja, estabelecer mudanças que separam as pessoas com deficiência, mas que, dentro da escola por exemplo adaptar a sala de aula e as metodologias para que esses alunos se sintam inseridos como um todo. Não adianta aceitar a matrícula do aluno e não fazer essa adequação, colocar por exemplo uma sala separada para esses alunos, ou ainda na sala de aula, utilizar metodologias onde as atividades desse alunado são diferentes com relação aos demais. Incluir é exatamente transformar essa sala, essa aula um ambiente favorável a todos os alunos.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE: DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA**

Para esse capítulo elaborei um estudo mais específico, no intuito de trazer alguns apontamentos sobre as Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade. As Políticas Públicas podem ser entendidas como a totalidade da gestão pública com o intuito de solucionar problemas sociais setoriais. O estado é o local onde são reconhecidos, debatidos, os problemas existentes em uma determinada sociedade, já a política pública tem o papel de identificar, planejar e solucionar os problemas através de ações estratégicas com a participação do Estado e da sociedade (MARIANO, et al., 2007).

No decorrer dos últimos anos, o movimento de inclusão das pessoas com deficiência ganhou relevância e, com isso, foram alcançados alguns avanços sociais. Nesta direção, pode-se observar, mais efetivamente, a participação de pessoas com deficiência na definição de políticas públicas, revelando assim uma maior maturidade no que diz respeito a esse tema tão sensível (MARIANO et al., 2007).

As Políticas Públicas intentam como resultado, a participação popular por meio de diálogos democráticos entre os governantes e a sociedade para que seja implementada ações que de fato tenham eficácia no bem-estar social das pessoas com deficiência. Assim espera-se que busquem valorizar a pessoa como cidadã, com respeito as suas particularidades e características (MARIANO et al., 2007). É de fundamental importância esse diálogo entre os governantes e a população, pois a partir das experiências e dos relatos das pessoas que estão inseridas nesse contexto que se torna possível uma melhor organização e adaptação para as Políticas Públicas.

É necessário que haja um fundamento primordial no exercício de ações políticas e econômicas para a garantia da universalização de políticas sociais e o respeito às diversidades, independente de raça, religião, gênero, economia, deficiência ou de qualquer outra natureza. É preciso garantir e ampliar a participação popular, acerca das decisões governamentais na determinação de quais políticas públicas serão adotadas, para que garanta melhor qualidade da mesma (MARIANO et al., 2007).

No Brasil, infelizmente, ainda existe uma visão de que a pessoa com deficiência deva receber algum tipo de intervenção de profissionais na tentativa de “resolver” o aparente “problema”, possibilitando assim que tais sujeitos se enquadrem à maneira como a sociedade é construída e organizada pela maioria considerada “normal”. A pessoa com deficiência é que precisa, minimamente, se adaptar aos padrões que já estão estabelecidos e consolidados, pois

caso não o faça, está condenado a viver excluído. Pensamentos desse tipo estão voltados apenas para a correção da deficiência, sendo frutos de um sistema assistencialista, de caráter paternalista e excludente, que não se preocupa com a autonomia e dignidade das pessoas com deficiência. Porém, a partir de uma nova mentalidade, de que a pessoa com deficiência não é mais vista como o culpada por possuir certas limitações, acabou se gerando a necessidade de reavaliar as Políticas Públicas que são desenvolvidas para esse seguimento da sociedade, para permitir o protagonismo das pessoas, pois as medidas tomadas apenas com intuito de fazer caridade e com escopo assistencialista estão ultrapassadas (MARIANO et al., 2007).

É de fundamental importância que os espaços públicos de uso coletivo não sejam mais excludentes, uma vez que se deve garantir a acessibilidade ao meio físico, ao transporte, à comunicação, educação e à informação, sem exceções. Com isso, se torna possível, em tese, que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos em equiparação às oportunidades. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência Artigo 2 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rua, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2000, NÃO PAGINADO).

Fica cada vez mais evidente, a necessidade de que as políticas públicas passem por uma formulação, e que essa formulação seja voltada para atender aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, com isso, permitindo de forma progressiva a inclusão desse tema tão importante na agenda política do nosso país, ocasionando a acessibilidade a bens e serviços para todos, dando oportunidades iguais para todos os cidadãos, tornando-se uma demanda evidente para os agentes políticos.

A proposta desse trabalho foi, exatamente, analisar os documentos regulatórios das escolas e comparar aos estudos feitos e às leis regulamentadoras da educação inclusiva na intenção de identificar se esses projetos contemplam corretamente as políticas públicas de acessibilidade. É necessário que as Políticas Públicas trilhem seus caminhos no intuito de possibilitar a concretização dos direitos fundamentais, tornando-se, com isso, a mola propulsora para a verdadeira materialização dos mesmos, para a inclusão e social das pessoas com deficiência. Assim, seria possível se construir uma sociedade equitativa, justa e livre. Através da prática social, da luta pelos direitos, é que poderemos assegurar a transformação dessas garantias formais em instrumentos realmente efetivos na promoção e na real proteção da dignidade humana (BONKEWICH, 2020).

Sabemos que existem normas e leis que amparam e garantem o direito às pessoas com deficiência, porém não adianta ter todo um aparato jurídico a favor se, no cotidiano, essas pessoas encontram uma realidade dura e inadequada para o seu convívio social. Na cidade de Chapadinha-MA, em vários espaços físicos públicos, observo obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência que as impedem de se deslocar tranquilamente ou se sentirem seguras em determinados espaços. Muitos espaços não estão adequados para atender às necessidades especiais, como: transportes, prédios, escolas, universidades, sanitários públicos entre outros. É possível observar essas situações constantemente nos mais diversos espaços, especialmente na escola.

É notória a falta de interesse da maioria dos políticos e governantes no que diz respeito à elaboração de Políticas Públicas direcionadas às pessoas com deficiência, dessa forma impedindo a verdadeira inclusão desse grupo social dentro da sociedade. Por esse motivo, essas pessoas vivem diante de preconceitos, estigmas, medo e exclusão, observando muitas vezes que há uma melhora na qualidade de vida e redistribuição de renda que infelizmente só atende a determinados brasileiros, que são prioridade (BONKEWICH, 2020).

O objetivo da lei 13.146/2015, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira da Inclusão (LBI), é efetivar os princípios da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, com a perspectiva de direcionar que os impedimentos físicos, sensoriais, mentais e intelectuais não sejam capazes de produzir obstáculos por si só, entendendo que o que impede o exercício de direitos são as barreiras produzidas socialmente. Entende-se, com isso, que a maior dificuldade em garantir os direitos da pessoa com deficiência parte da própria sociedade, com a resistência em aceitar e se adaptar (MARIANO et al., 2007).

Surge um novo modelo de visão social a partir de um novo parâmetro de deficiência baseado nos direitos humanos, nesse novo modelo o próprio ambiente influencia diretamente na liberdade da pessoa com deficiência, necessitando de estratégias políticas, jurídicas e sociais, que excluam os obstáculos e as discriminações. No Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Art. 53, nos traz que “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”, então é necessário proporcionar medidas que garanta esse direito a elas.

Fica claro que a acessibilidade sem sombra de dúvidas é um direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma mais digna, independente, exercendo seus direitos de cidadania e de participação social, da melhor forma possível. É necessário respeitarmos as pessoas com deficiência, e ter um cuidado todo especial garantindo que eles não sejam excluídos do convívio social. Nesse sentido a acessibilidade torna-se um instrumento que permite esse respeito as

peessoas com deficiência, garantindo então a essas pessoas, acessibilidade aos mesmos bens e serviços disponíveis a todos os cidadãos.

Independente da lei, a pessoa com deficiência deveria ter os mesmos direitos de acessibilidade que as pessoas consideradas sem deficiência, assim, temos como obrigação respeitá-los, pois eles também são brasileiros que necessitam ter acesso ao mercado de trabalho, às escolas, universidades, ao lazer e à cultura, comerciais e públicos. É necessário que o Estado garanta e providencie que sejam implantados os mecanismos de inserção dessas pessoas na sociedade. Precisamos ter essa clareza para ajudar a garantir o direito a essas pessoas, a sociedade fazendo sua parte, possibilitará que o governo faça a sua.

Compreende-se que a acessibilidade tem como objetivo, possibilitar às pessoas com deficiência, condições necessárias para podermos utilizar e alcançar de forma efetiva os espaços mobiliários e os equipamentos urbanos, as edificações, os transportes públicos e os sistemas e meios de comunicação com total segurança e autonomia de forma adequada. Para que isso aconteça é imprescindível acabar com as barreiras e obstáculos que limitem ou acabem impedindo o acesso, que dificultem a liberdade de movimento, e possibilitem que essas pessoas circulem com total segurança, trazendo às pessoas com deficiência dignidade e melhor qualidade de vida (MARIANO et al., 2007).

Esta pesquisa tem como fundamento as diretrizes das Políticas Públicas para Educação Inclusiva no Brasil e suas estratégias de implementação que propõem, além da garantia de acesso, permanência e qualidade da educação para alunos com necessidades especiais no ensino público do município de Chapadinha-MA.

A Escola Inclusiva concretiza um espaço democrático de respeito à diversidade, se adaptando para receber sua demanda tanto no aspecto pedagógico, como sociocultural. As diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Educação, desde 1994, a partir de leis, decretos e resoluções, instituem as ações básicas para a implementação das propostas de educação inclusiva. Para a definição de uma política nacional para a educação, as ações governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia destas ações em nível federal, estadual e municipal (BRASIL, 2007, p. s/n).

Nesse sentido, Aranha (2004) apresenta uma proposta referente à implementação da Educação:

[...] A proposta de implementação da educação inclusiva nos sistemas educacionais municipais e estaduais mostrou-se aceita por unanimidade, considerada consistente com a motivação e o interesse dos educadores presentes. Valorizou-se a parceria das

três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) com objetivos e metas comuns, já que se avaliou a aproximação delas como elemento importante para romper barreiras político-ideológicas e favorecer o investimento na construção de respostas educativas eficientes aos alunos com necessidades educacionais especiais[...] (ARANHA, 2004, p. 17)

É necessário buscar formas de um maior incentivo aos educadores, para que eles não desistam diante das dificuldades encontradas no decorrer do caminho. Aranha faz uma reportagem muito pertinente, quando ele se refere da necessidade de discutir a implementação das propostas inclusivas, essas discursões precisam serem feitas constantemente, para que haja sempre uma adaptação de acordo com cada necessidade que for surgindo. Quanto as dificuldades sim, existem e sempre vão existir, sempre haverá uma nova situação a ser pensada, uma pessoa que irá discordar dos métodos adotados anteriormente, mas, essas dificuldades também servem como objetivos a serem melhorados.

Para Carvalho (2006), a elaboração de determinada política educacional deve ser considerada como condição necessária para “fazer acontecer”, mas não é condição suficiente. Essa autora, compreende que, corremos o risco de dispormos de retóricas políticas de excelente qualidade com práticas ainda incipientes e muito distantes do alcance dos objetivos caso não haja convicção de que a escola reflete uma concepção de mundo e de uma sociedade com suas características e formas de organização própria; se não forem considerados os atributos políticos, intrínsecos à educação (MARINS; MATSUKURA, 2009, p. 48).

Dos pressupostos teóricos discutidos sobre as políticas públicas para a Educação Especial, Aranha (2004) apresentou algumas das dificuldades registradas a partir das diretrizes políticas recomendadas pelo governo federal. Tais dificuldades tem relação com o desconhecimento da legislação e falta de monitoramento das ações despididas nos municípios, como também à necessidade de capacitação continuada e articulação entre os professores do ensino regular e especial. Tendo em vista essas dificuldades, é necessário apresentar, analisar e discutir a legislação, através de encontros, seminários ou formação de professores, e em seguida fazer acompanhamento das ações estabelecidas no município.

Nos Projetos pedagógicos das escolas foi possível identificar que é feito a formação de professores, porém não consta nesses projetos um planejamento de como ocorrerá essa formação, ou ainda, possíveis ações destinadas as adequações e metodologia para trabalhar com os alunos com deficiência. Nesse sentido, (CARVALHO et al., 2016) nos salienta para a seguinte referência:

[...] a escola é desafiada a efetivar ações e políticas afirmativas que estimulem a formação de posturas mais solidárias e colaborativas na construção de espaços mais humanos, como problema a ser enfrentado por todos. A compreensão da acessibilidade em suas várias dimensões e no espaço de luta política se adéqua ao modo social da deficiência, que aponta a responsabilidade da sociedade e das escolas na modificação do paradigma educacional. (CARVALHO et al., 2016, p. 63).

Compreende-se, portanto a necessidade de identificar as fragilidades nas escolas em garantir a acessibilidade, para que possa implementar ações que possibilitem suprir essas fragilidades e conseqüentemente construir espaço adequado e ambientes mais humanos, causando com isso a compreensão de que esse é um problema que deve ser enfrentado por todos e de responsabilidade da escola e da sociedade.

#### **4 DELIMITAÇÃO E CAMINHOS DO ESTUDO: ESPAÇO, SUJEITOS E OBJETOS**

A pesquisa teve o propósito de analisar a existência e a aplicação de políticas públicas de acessibilidade nos Projetos Pedagógicos das escolas da rede pública municipal de ensino de Chapadinha-MA. Portanto, apresento um breve contexto do município.

O município de Chapadinha nasceu de um pequeno vilarejo formado por descendentes de índios Anapurus, geograficamente pertenceu aos municípios de Brejo e Vargem Grande. À medida que os comerciantes vieram ao local e com a terra produtiva, o lugarejo, Aldeia, em 1783, começou a atrair mais habitantes. Logo o povoado passou ter o nome de Chapada das Mulatas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Atualmente, o município de Chapadinha, situado a 250 km da capital do Estado do Maranhão, possui uma área de 3.247,384 Km<sup>2</sup> e uma população estimada em 2020 de 80.195 habitantes, limita-se ao norte com os municípios de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, ao sul com os de Afonso Cunha, Coelho Neto e Codó e a leste com Buriti, Mata Roma e Anapurus e a oeste com os municípios de Timbira, Nina Rodrigues e Vargem Grande (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Chapadinha faz parte da região do Baixo Parnaíba, situada na mesorregião do Leste Maranhense. Corresponde a três microrregiões compostas, respectivamente, pelos seguintes municípios: Microrregião do Baixo Parnaíba – Água Doce do Maranhão, Araióses, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo; Microrregião de Chapadinha – Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos; e a Microrregião de Coelho Neto: – Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque Bacelar.

O município possui um total de 206 escolas, distribuídas da seguinte forma: 182 escolas da rede municipal, 10 escolas da rede estadual e 8 escolas da rede privada. Dentre essas escolas, 149 são da Educação Básica, e lamentavelmente apenas 16 escolas possuem dependências acessíveis às pessoas com deficiência, equivalente apenas a 11% e 27 escolas com sanitários acessíveis as pessoas com deficiência, o equivalente a 18% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018).

Levando em consideração que a intenção desta pesquisa foi analisar os projetos pedagógicos das escolas, dentre o total de escolas citadas acima, escolhi para participarem da pesquisa quatro instituições entre: Pré-escola Universo da Criança, que trabalha com a pré-escola, Unidade Integrada (U. I.) João Carneiro, que trabalha com Anos Iniciais do Ensino Fundamental e com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), U. I. Lucas Tranquedo, que

oferece Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), U. I. José Augusto Costa, que oferece Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. O motivo que me levou a escolher essas escolas é que minha sobrinha, em toda a sua trajetória escolar, em redes municipais de ensino, frequentou essas escolas.

## 5 PROPOSTA METODOLÓGICA

Minha proposta metodológica, para construção deste estudo foi a análise documental, a partir dos projetos pedagógicos das escolas, no intuito de identificar se esses projetos contemplam as pessoas com deficiência. Para Lüdke e André (1986, p. 39) e Cellard, (2012, p.298) a análise documental:

[...] como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta [...] (Lüdke e André, 1986, p. 39).

[...] uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental, deve com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. Se nossos predecessores deixarem vestígios documentais, eles raramente o fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior; tais vestígios podem se encontrar, portanto, em toda a sorte de locais, os mais heterogêneos[...] (Cellard, 2012, p.298).

Com esse método, após estudos realizados para construção dessa dissertação, através de indicações de livros, artigos e de busca nas plataformas de pesquisa pude compreender de forma mais ampla, muitos estudos sobre as Políticas Públicas de Acessibilidade. Tais estudos serviram para analisar os projetos pedagógicos e problematizar questões acerca do que está posto nos documentos regulatórios e no Projeto Pedagógico da Escola. Goldenberg (2002, p.14) traz um pensamento muito pertinente no sentido de compreendermos o passo inicial da pesquisa que é exatamente o problema. “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde quer chegar”. Com o problema já identificado, o passo é definir qual metodologia será utilizada e de que forma. A metodologia como apresentada, será análise documental e como essa análise será feita irei apresentar a seguir.

Com base no pensamento de Cellard (2012, p. 299-298) no que se refere a análise preliminar da análise documental, que diz que não podemos em hipótese alguma transformar o documento que se pretende analisar, que independente de como ele se apresenta, é preciso aceita-lo. Embora não seja possível mudar em nada o documento, é preciso que haja muita prudência para fazer uma avaliação adequada, com olhar crítico para o documento que se pretende analisar, que no caso trata-se dos projetos pedagógicos das escolas. Nesse sentido Cellard apresenta cinco dimensões para se aplicar na etapa inicial de toda análise documental: o contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto e os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

O contexto “o exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito”

(Cellard, 2012, p. 299). Nesse sentido o ponto de partida foi a do princípio de analisar a conjuntura do ambiente de cada escola, no aspecto político, econômico, social e cultural, conhecer a história dos bairros onde as escolas estão localizadas, no sentido de compreender o contexto que se basearam os autores para a construção do projeto de determinada escola.

Após analisar o contexto por trás de cada projeto, segui para os autores que fizeram parte dessa construção “não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever” (Cellard, 2012, p. 300). É necessário que haja uma compreensão sobre quem escreveu os projetos, analisar se esses indivíduos escreveram pensando em si, no grupo social, ou na instituição a que representa. Após conhecer a identidade dos autores, sua compreensão, de que forma ele ver a realidade da respectiva escola, é possível compreender com mais clareza a intenção por trás de cada projeto e se foi levado em consideração o contexto de cada uma.

A próxima etapa a ser trabalhada será a autenticidade e a confiabilidade do texto, para (Cellard, 2012, p. 301), “não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. É também importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. Com base no contexto das escolas, com o que os autores escreveram no Projeto, verificar se esse documento tem autenticidade, identificar se constam relatos diretos ou indiretos, se contemplam o ambiente ao qual está inserido, qual tempo levado para construção do projeto e se durante esse tempo houve algum acontecimento que influenciou em sua elaboração, a veracidade da informação e a influência que ele terá na escola é de extrema importância.

Então segui para a quarta etapa, a natureza do texto, “cabe especificar que não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado aos seus superiores, e em seu diário íntimo. Consequentemente, deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões” (Cellard, 2012, p. 302). É fundamental analisar a natureza do texto, como, de que forma e com base em que ele surgiu. Os autores podem ter participado diretamente do contexto que os levou a inserir dentro do projeto pedagógico determinadas situações, ou mesmo que não faça parte diretamente desse contexto, podem fazer essas observações e ser objetivos no que escrevem. Porém enquanto pesquisadora cabe a mim, conquistar esse autor passando confiança de que terei discernimento para analisar o que está proposto em seu projeto com prudência.

E por fim os conceitos-chave e a lógica interna dos textos “certamente, o trabalho de análise preliminar não poderia estar tão completo e por tanto tempo, que o pesquisador não tivesse o sentimento de ter compreendido satisfatoriamente o sentido dos termos empregados

pelo autor ou os autores de um texto” (Cellard, 2012, p. 302-303). Nessa etapa teve como propósito analisar a lógica interna do texto, como o argumento se desenvolveu, e quais as partes principais dessa argumentação, no sentido de identificar qual o propósito chave de cada projeto.

Após passar pelas cinco etapas da análise preliminar, chega o momento de passar de fato para análise, para isso, reunirei os dados obtidos em todas as partes: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e lógica do texto, partindo dos elementos da problemática, assim poderei elaborar uma interpretação coerente levando em consideração a problemática inicial: Quais e como são aplicadas as políticas públicas de acessibilidade constantes nos Projetos Pedagógicos das Escolas da rede pública municipal de ensino de Chapadinha, no Maranhão?

Sobre a etapa de análise dos documentos (Silva; Almeida; Guindani, 2009, NÃO PAGINADO), traz a seguinte contribuição sobre o que ela se propõe:

[...] propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência.

A partir das inquietações apresentadas, da metodologia que busquei trabalhar, pretendo ao final desse trabalho, sanar essa dúvida referente as políticas públicas de acessibilidade, e quem sabe em um outro momento, apresentar o resultado desse trabalho para a secretaria de educação do município e se possível revisitar as escolas para também apresentar os resultados adquiridos, como segue no capítulo seguinte.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O universo desta pesquisa está situado em projetos pedagógicos de quatro escolas da rede pública municipal de Chapadinha-MA. Assim, a tarefa foi analisar os projetos pedagógicos dessas escolas no intuito de identificar quais Políticas Públicas de acessibilidades são aplicadas para atender as pessoas com deficiência, garantindo assim a inclusão. Aranha (2000) fundamenta a ideia de inclusão da seguinte forma:

[...] a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ ou grupo social. (Aranha, 2000, p.2)

Essa compreensão nos faz refletir sobre a diversidade, em seu reconhecimento, perante a vida de todas as pessoas e essa diversidade se refere à garantia a todas as pessoas independente de sua peculiaridade, de terem acesso a todas as oportunidades.

Em Chapadinha-MA, de acordo com a Secretaria de Educação Especial do município, o atendimento aos alunos com deficiência é feito através das escolas Polos. Contabilizando 5 (cinco) escolas polos: escolas com Atendimento Educacional Especializado-AEE, como segue quadro abaixo demonstrando as escolas polos, quantidade de matrículas de alunos com deficiência e escolas atendidas por cada polo:

Quadro 1: Demonstrativo de escola polo, matrícula e escolas atendidas por polos.

ORD:	ESCOLA POLO	MATRICULADOS		ESCOLAS ATENDIDAS
		2019	2020	
01	Unidade Integrada Lucas Tranquedo	37	37	Unidade Integrada Aldalina Silva Machado
				Unidade Escolar Nossa Senhora Aparecida
				Jardim de Infância Branca de Neve
				Jardim de Infância Anjo da Guarda
02	Unidade Integrada Paulo Nascimento	52	52	Unidade Escolar Bernarda Portela da Ponte
				Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo
				Unidade Escolar Ana Fortes Menezes
				Unidade Escolar Acelino da Silva
				Pré-escola Jardim Cirandinha
03	Unidade Integrada Marcos Damasceno	52	52	Unidade Integrada João Gomes
				Unidade Integrada Coronel Joaquim Nunes
				Unidade Integrada Amélia Mendes Ferreira

				Unidade Escolar Dom Pedro I
				Pré-escola Jota Coutinho
				Jardim de Infância Luis Rocha Júnior
04	Unidade Integrada Roberto Sousa	27	28	Unidade Integrada Agostinho Ribeiro de Aguiar
				Unidade Integrada Gonçalves Dias
				Unidade Integrada Alexandre Costa
				Unidade Integrada Tranquedo de Almeida Neves
				Unidade Escolar Nossa Senhora das Dores
				Unidade Escolar Carolina Mesquita de Araújo
				Pré-escola Sorriso da Criança
				Pré-escola Boa Vista
				Creche “Irmãos Tia Amélia e Joveniano”
05	Unidade Integrada João Carneiro	51	52	Unidade Integrada José Augusto
				Unidade Escolar Chapada das Mulatas
				Unidade escolar Raimundo Gomes
				Pré-escola Universo da Criança
<b>TOTAL</b>		<b>219</b>	<b>221</b>	

Fonte: Fabiana Campos Silva (2021).

Iniciando a análise documental, a seguir, apresento um breve contexto histórico das escolas pesquisadas seguido das análises obtidas no decorrer do trabalho.

### 6.1 Pré-escola Universo da Criança

A Pré-Escola Universo da Criança, está situada na Rua Virgílio da Cunha Machado, S/N, Bairro: Campo Velho, CEP: 65500-000, Chapadinha-MA. Oferece a primeira Etapa da Educação Básica: a Educação Infantil. Conforme descrita no Projeto Pedagógico da referida escola, no ano de 1977, já funcionava neste local uma creche como Projeto Casulo em um barracão onde atendia um total de 100 (cem) crianças em período integral, das 8 às 17 horas e contava com um total de 07 funcionários, sendo 05 professores e 02 diretores. A partir do mês de março de 1985, a creche passou então a se chamar Pré-escola, atendendo crianças de 04 a 06 anos de idade, funcionando em dois turnos e atendendo 1º, 2º e 3º períodos da Educação Infantil.

Atualmente a Pré-escola Universo da Criança funciona nos turnos matutino e vespertino com atendimento de crianças na faixa etária de 2 anos e 6 meses a 5 anos e 11 meses. A sua estrutura física é composta por: 04 salas de aula, 01 secretaria, 01 diretoria, 01 cozinha e banheiro masculino e feminino. A escola atendeu no ano de 2019, 284 crianças.

Em se tratando da formação pedagógica de professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 9.394/96, em seu artigo de número 62, diz o seguinte:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

Nessa perspectiva, a formação continuada dos professores da Pré-escola Universo da Criança, como consta no Projeto Pedagógico-PP, tem como objetivo sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas. Ela se dá no intuito de melhorar a prática docente dos professores. Assim, entende-se que o município proporciona constantemente a formação continuada. Por meio dessas formações os docentes tornam-se mais capacitados para ponderar sobre os aspectos pedagógicos e, além deles, propor estratégias com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do trabalho docente, ou seja, a formação continuada tem contribuído muito nesse processo de aprendizagem, oportunizando aos docentes reflexão e aprimoramento das ações pedagógicas dentro da sala de aula, propondo métodos inovadores com o objetivo e evitar dificuldades e sugerir mudanças significativas para todos. A formação continuada dos profissionais da rede de educação é feita principalmente pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com cursos, palestras, capacitação e outros eventos proporcionado pela rede municipal, porém vale ressaltar, que não foi possível identificar nenhuma informação relacionada a formações que envolvem políticas públicas de acessibilidade.

Dando continuidade à análise do Projeto, foi possível identificar diagnósticos feitos com os alunos, por vários segmentos. Esses diagnósticos estão descritos nos projetos em forma de gráficos representando a realidade dos alunos, seja no âmbito pessoal ou escolar. Dentre eles é possível encontrar: matrícula; meio de transporte; orientação nas atividades escolares; quem conta história em casa; lanche da escola; o que mais gosto na escola; etnia; dentre outros. Porém não consta nenhum diagnóstico relacionado a pessoas com deficiência. A referência que se pode observar para essa realidade é que no que tange a Educação Especial o Projeto Pedagógico nos traz que, tanto o Projeto quanto o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020a).

Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial é promovido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB Nº 13/2009 e resolução CNE/CEB nº 4/2009). Esse atendimento poderá ser oferecido no contra turno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com o plano de atendimento aos alunos que indique suas necessidades específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020a).

No caso da Pré-escola Universo da Criança, o atendimento educacional especializado acontece na escola polo, Unidade Integrada João Carneiro, conforme consta no quadro 01, porém não consta no PP da escola, nenhuma ênfase a matrícula de aluno com deficiência. Constata-se então, que a referida escola não atendeu crianças com deficiência no ano de 2020 e no caso de haver alguma matrícula, esse aluno será inserido na escola Polo descrito anteriormente, que fica no mesmo bairro, para assistir as aulas.

O Projeto Pedagógico foi elaborado pelos funcionários da escola: diretora, especialista, professores e demais colaboradores da escola, o contexto encontrado do projeto é muito genérico, não existe um estudo de caso, no intuito de identificar a quantidade de alunos com deficiência no bairro, para que esse projeto fosse elaborado com propósito de contemplar essas crianças. Essa conclusão foi possível desde quando no próprio projeto, existe várias formas de pesquisa feitas com alunos, pais e comunidade em diferentes aspectos, como relatado no início dessa análise, porém nenhum trata sobre crianças com deficiência, ou seja não houve uma preocupação em identificar e oferecer as condições de acessibilidade para crianças, como nos alerta, Negrini et al. (2010), quando ela diz que:

[...] essas condições, acredita-se que é de extrema relevância conhece-las, a fim de que sejam concedidas e planejadas as condições necessárias ao acesso das pessoas. No entanto, quando se trata da proposta da educação inclusiva, estas barreiras, na maioria das vezes, não se evidenciam somente nesta linha, mas conferem também

barreiras impostas em relação à sua aprendizagem, às trocas educacionais e à organização do ensino comum (NEGRINI, et al, 2010, p. 295).

Essa reflexão, nos alerta exatamente dessa importância de conhecer as condições em que a escola está inserida, em seu contexto, as condições das crianças que irão frequentar essa escola, pois só a partir desse conhecimento será possível organizar, planejar e adequar a escola e o ensino. Nos alerta ainda, sobre as barreiras impostas tanto no que diz respeito a sua aprendizagem quanto a organização do ensino comum.

Seguindo com minha análise apresentarei a seguir a próxima escola, que além de ser uma das escolas que escolhi para pesquisar ela também é uma escola polo que é a Unidade Integrada João Carneiro.

## **6.2 Unidade Integrada João Carneiro**

A Unidade Integrada João Carneiro foi criada pela lei 299 com o nome de origem, Professor Júlio Bacelar em 23 de setembro de 1967 no povoado Inhambu. Mas através do Decreto nº 344 de 15 de abril de 1968, a escola foi transferida para a cidade de Chapadinha, mais tarde com o Decreto nº 15 de 28 de maio de 1994, passou a ser chamada Unidade Escolar João Carneiro, funcionando em prédio municipal, permanecendo com este nome até o ano de 2001. Em 11 de julho de 2002, houve uma nova mudança no nome da escola passou então a ser chamada de Unidade Integrada João Carneiro, localizada à Rua Norte da Aldeia, S/N no bairro Campo Velho, Chapadinha-MA, atendendo as comunidades ao seu entorno como: Centro, tigela, aldeia, corrente.

Atualmente, a Unidade Integrada João Carneiro funciona em três turnos, atendendo a uma clientela de alunos matriculados no ensino fundamental I de 1º ao 5º ano e de 1º ao 9º ano da EJA (Educação de Jovens e Adultos), a escola também conta com uma turma de Atendimento Educacional Especializado-AEE, sala destinada aos alunos com deficiência.

No turno matutino e vespertino funciona o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano com 05 turmas, sendo 01 turma de 1º ano, 01 turma de 2º ano, 01 turma de 3º ano, 01 turma de 4º ano, 01 turma de 5º ano e 01 turma do programa novo mais educação (programa criado pela portaria Nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas). No turno

noturno funciona somente a EJA (Educação de Jovens e Adultos) com 76 alunos. 01 turma de 1º a 5º ano, 01 turma de 6º e 7º ano e 01 turma de 8º e 9º ano.

O Projeto Pedagógico (PP) da escola foi reelaborado pelos professores e pelo coordenador geral do município, no ano de 2019. Para sua reelaboração foi levado em consideração a trajetória da sua comunidade escolar, anseios e necessidades, visando garantir um percurso formativo de sucesso para os alunos da escola, bem como cumprir o seu compromisso com a comunidade local onde está inserida. O mesmo foi reelaborado no ano de 2020, mediante novos direcionamentos conforme a Base Nacional Comum Curricular- BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense- DCTMA através de reuniões com o corpo docente, representantes dos pais, alunos, servidores e equipe gestora, utilizou-se questionários, onde cada um contribuiu para o Projeto Pedagógico, a coleta de dados foi relevante para analisar, diagnosticar as dificuldades existentes na escola, permitiu também pensar em ações conjuntas objetivando melhorar a qualidade de ensino na escola (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020b). Após fazer um breve contexto sobre a escola e como e por quem foi feito o processo de reelaboração do PP, partirei agora para as considerações obtidas no decorrer da análise.

Como pudemos observar, essa escola trata-se de uma escola Polo, ou seja, escola com turma de Atendimento Educacional Especializado-AEE, infelizmente essa é a única informação que consta no PP, por essa razão fui a escola e conversei com a diretora no intuito de identificar de fato como é feito esse atendimento, a mesma disse que tem uma sala específica na escola, que os alunos com deficiência assistem as aulas e uma vez por semana retornam a escola no contra turno da sua aula para atendimento nessa sala, com um profissional da área. Porém vale ressaltar que só foi possível eu descobrir sobre esse atendimento nas escolas polos, após fazer uma visita na Secretaria de Educação Especial do município, onde a coordenadora me disponibilizou um mapeamento do AEE (Apêndice A a E), e quantos alunos com deficiência matriculados em cada polo.

Essa escola atende os alunos com deficiência das seguintes escolas: Unidade Integrada José Augusto Costa; Unidade Escolar Chapada das Mulatas; Unidade Escolar Raimundo Gomes; Pré-escola Universo da Criança, totalizando 52 alunos matriculados, com base nos dados de 2020. Esse ano, devido a pandemia, a escola não iniciou as aulas presenciais, houve apenas entrega de atividades aos alunos. Tal situação afastou ainda mais esse público da escola e o atendimento não aconteceu, nem mesmo, de forma remota.

É possível observar que a estrutura física da escola em especial a sala de AEE, não está adequada para receber esses alunos, como segue fotos abaixo.

**Figura 1 – Entrada da escola.**



Fonte: Fabiana Campos Silva (2021).

**Figura 2 – Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE.**



Fonte: Fabiana Campos Silva (2021).

Mantoan (2003), traz uma reflexão que compila com o argumento que trouxe no início dessa dissertação, referente a inserção do aluno com deficiência na escola. Segundo ela, essa inserção está em sua maioria condicionada a matrícula, levando em consideração as verbas destinadas as escolas com Atendimento Educacional Especializado-AEE.

[...] Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN, 2003, p. 31).

Nesta escola pode-se observar que não dispõe de estrutura física e sistemas educativos para atender aos alunos com deficiência, tendo em vista que na sala destinada a esse atendimento, como consta na imagem, consiste em uma sala pequena, com uma mesa considerada mesa de jantar com pedra de mármore e seis cadeiras, uma cadeira de rodas, o mínimo de material didático, considerando que essa estrutura são para atender 52 alunos, incluindo a próxima escola que irei apresentar.

### 6.3 Unidade Integrada José Augusto Costa

A Unidade Integrada José Augusto Costa, foi criada pelo decreto de Nº 155 no mês de março de 1997, sendo que a referida escola funcionou primeiramente, em uma escola alugada no bairro Tigela. Somente 2 anos depois, teve seu prédio próprio inaugurado no dia 29 de março de 1999. A origem do nome José Augusto Costa foi um pedido da comunidade para homenagear o Prefeito da cidade na época. A escola fica localizada à Rua Francisco Ribeiro de Aguiar, s/n – Bairro Tigela, na cidade de Chapadinha-MA. A Escola Municipal Isaias Forte Meneses é uma escola pública de referência em qualidade de educação, que visa cada vez mais atender à comunidade, num resgate à cidadania, como marco referencial, além do conhecimento sistematizado (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020c). A instituição dispõe dos seguintes turnos e modalidades de ensino:

Quadro 2 – Turnos, modalidade e matrícula

<b>TURNO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>ALUNOS</b>
MATUTINO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	120
	Anos Finais do Ensino Fundamental	82
<b>-----</b>		
VESPERTINO	Anos Finais do Ensino fundamental	147
<b>TOTAL</b>		<b>349</b>

Fonte: PP da escola (2020).

A Escola tem uma característica semelhante às demais que compõem a Rede Municipal de Ensino, pois atende a uma clientela de diversas localidades, filhos de lavradores e beneficiários dos programas do Governo Federal. E apesar de atender a outras comunidades as

vagas não são preenchidas totalmente levando-os assim, a funcionarem com turmas multisseriadas.

Essa escola, é considerada de difícil acesso para trabalhar. No período da pesquisa, por algumas vezes, devido a decretos em decorrência da pandemia da Covid-19, que proibiam o atendimento ao público, encontrava-se fechada, impossibilitando o acesso a coordenação para solicitar informações. Pelas redes de comunicação o retorno era muito complicado.

Embora, como consta que a escola Unidade Integrada João Carneiro seja a responsável para atender aos alunos com deficiência dessa escola, não consta nenhum registro desses alunos no projeto pedagógico, tão pouco informações na escola. Observa-se um desencontro de informações entre a escola de matrícula do aluno, a escola polo e a secretaria de Educação Especial. Não foi possível observar uma preocupação em garantir o acesso à educação por pessoas com deficiência.

[...] o direito à educação pressupõe a participação plena do aluno com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, ou seja, em todas as atividades pedagógicas, esportivas ou de lazer. Sendo a escola um ambiente público, fora do domicílio do aluno, este precisa deslocar-se até esse outro espaço, esse outro ambiente. Existem também os deslocamentos internos, seja em um prédio escolar ou em um campus universitário. Tais deslocamentos se fazem no tempo e no espaço, sendo compartilhados com todos os que precisam fazer esse mesmo percurso para realizar suas atividades diversas. (GUERREIRO, 2012, p. 219).

Elaine Guerreiro nos alerta sobre o direito à educação, de como esse direito deve ser garantido, que não se resume apenas em inserir o aluno na escola, mas garantir a participação do aluno com deficiência em todas as atividades pedagógicas, esportiva ou de lazer.

#### **6.4 Unidade Integrada Lucas Tranquedo**

A Unidade Integrada Lucas Tranquedo fica situada na Travessa- 15 de novembro S/N, centro, CEP 65500.00 CNPJ: 01.929.167/0001-02 no município de Chapadinha-MA. A referida escola foi fundada pelo Decreto Municipal: LEI nº 420 na data de 10/05/1974 sob a administração do prefeito Bernardo Serra de Almeida. Recebeu esse nome em homenagem ao do pai do governador do estado do Maranhão na época, Dr. Pedro Neiva de Santana. Atende uma grande demanda de alunos das comunidades: Areal, Corrente, Terras Duras, São José,

Centro, Campo Velho, Mil Casas, Parque Independência, Angelim, São José, Vila Isamara, Recanto dos Pássaros, Bairro da Cruz, Novo Castelo.

A comunidade onde a Unidade Integrada Lucas Tranquedo está inserida, apresenta características bastante contextualizada com a realidade sócio-cultural da cidade, uma vez que tem como fundamentação maior a religiosidade, cultura os santos padroeiros da cidade e do bairro vizinho. A escola, como a própria cidade, realiza e vivem os eventos do calendário municipal e litúrgico da igreja católica, bem como as demais realizações anuais da família e da própria comunidade escolar, em geral as festas de aniversários, casamentos, batizados, e práticas esportivas. É uma comunidade que pratica a boa vizinhança, cultiva valores pessoais bastantes tradicionais o que de certa forma, facilita o desenvolvimento de atividades educacionais participativas na escola, envolvendo a família e autoridades em geral. A escola oferta as modalidades: Regular Ensino Fundamental inicial e Final, EJA e Educação especial (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019).

No período de 1975 a 2000, a escola atendia somente o ensino de 1º a 4º séries. No ano de 2001 constituiu-se após constituir-se de Unidade Integrada Lucas Tranquedo, passou a atender de 1º a 8º ano até 2006, funcionando pelo turno matutino o segmento I e no vespertino o segmento II do Ensino Fundamental de oito anos, e no noturno EJA Regularmente. Em 2006 ano das renovações pedagógicas e mudanças na legislação educacional brasileira e a crescente campanha pela inclusão de alunos de seis anos no Ensino Fundamental houve a prorrogação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Em 2007 foi implantado o Ensino Fundamental de Nove Anos, no sentido de melhorar as condições pedagógicas. A entrada de alunos com idades de seis anos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, provocou uma mudança nas adaptações pedagógicas da escola (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019).

No ano de 2014, a Escola aderiu ao Programa Mais Educação, que constituiu-se como estratégia do Ministério da Educação para inclusão da construção da agenda de Educação Integral nas redes Estaduais e Municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias. De acordo com o projeto educativo na escola deste ano acima citado, foram escolhidas seis atividades a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente compunha o macrocampo acompanhamento pedagógico. O Programa detalhava de forma objetiva, dentre outras orientações, o público alvo do Programa, os profissionais responsáveis, o papel do professor comunitário/professor, coordenador, os macrocampos e as atividades.

A escola dispõe de 10 salas de aulas, espaços: secretária, cozinha, despensa, sala de professores, laboratório de informática, banheiros, pátio, sala de educação inclusiva(AEE), sala de leitura, depósito de materiais diversos e todos em bom estado de conservação. Temos equipamento em uso como: aparelho de TV, caixa de som, computadores com CPU, impressora, notebook, microfones, retroprojetor, impressora e roteador de internet.

O projeto pedagógico foi desenvolvido na própria escola a sua construção iniciou com reuniões com o corpo docente, nos planejamentos pedagógicos e culminou com toda a comunidade escolar no pátio da escola no dia 16 de dezembro de 2019 denominado Dia P com oficinas e palestras de apresentação da importância da reformulação do PP e da contribuição de cada segmento para o bom andamento da escola. Dessa forma, o PP foi pautado em reflexões, discussões acerca de qual escola queremos, os avanços, as fragilidades e o seu papel social, a fim de que possamos definir ações, metas que serão executadas por toda a comunidade escolar. Nesse sentido, foram feitas várias reuniões no âmbito escolar para a escolha da comissão escolar, logo depois aplicações de questionários aos alunos, pais e toda comunidade escolar colocando assim suas contribuições, metas e estratégias, visando uma educação de excelência para todas as crianças. O projeto Pedagógico-PP é válido para os anos de 2019 a 2021) (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019).

De acordo com o projeto, a comunidade está mobilizada em prol da construção de um projeto que efetivamente retrate a realidade e os anseios da comunidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020c). Porém não é o que demonstra no próprio projeto nem tão pouco na estrutura física da escola ou em Políticas Públicas de Acessibilidade que deveriam constar dentro do projeto, uma vez que essa, trata-se de uma escola Pólo. No entanto como podemos observar através das imagens abaixo, que mostram a frente da escola e a sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado-AEE, que vale ressaltar que essa sala fica em um espaço isolado, bem distante das demais salas, com acesso ao banheiro e bebedouro, pois a sala fica na parte da frente da escola no fundo da secretaria.

A entrada da escola embora pareça ser grande, o portão que de fato é para entrar é estreito, dificultando a passagem de um cadeirante, o corrimão fica distante da calçada de acesso, não consta nenhuma sinalização na entrada ou no interior da mesma.

**Figura 3 – Entrada da escola.**



Fonte: Fabiana Campos Silva (2021).

**Figura 4 – Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE.**



Fonte: Fabiana Campos Silva (2021).

Essa escola localizada no centro da cidade, trata-se de uma escola polo, atualmente atendendo alunos com deficiência das escolas: Unidade Integrada Aldalina Silva Machado, Unidade Escolar Nossa Senhora Aparecida, Jardim de Infância Branca de Neve e Jardim de Infância Anjo da Guarda, totalizando 37 alunos matriculados.

Como podemos observar nas imagens, a sala para atendimento, é parecida com a da escola João Carneiro, o mesmo modelo de mesa e cadeiras, porém nessa escola nem a cadeira de rodas tem na sala. Essa foi a escola que mais tive dificuldade para pesquisar, a diretora da escola não me forneceu o projeto pedagógico, estive lá várias vezes, tentei contata-la através de vários meios de comunicação, quando me retornava, legava não estar pronto. Para obter o projeto, precisei entrar em contato com o coordenador geral das escolas que também é responsável pela construção e acompanhamento dos projetos pedagógicos.

Conversei com a professora responsável pela turma de atendimento educacional especializado, onde foi possível tirar as fotos e entender como é feito esse atendimento. A professora, pedagoga recém-formada, disse que uma vez por semana é agendado em contra turno para esses alunos irem à escola para acompanhamento. Pedi que ela me desse um diagnóstico sobre qual tipo de deficiência esses alunos possuem, a mesma só disse que a maioria era Hiperativo, com déficit de atenção, perguntei se havia alunos cadeirante, ela disse que não, que até onde ela sabe nunca teve, porém vale ressaltar que minha sobrinha Vitória, estudou nessa escola no ano em que o projeto foi construído.

Foi possível observar que havia uma resistência em fornecer as informações que era solicitado, desde a primeira apresentação na escola até a conclusão, a única pessoa da escola que se dispôs a conversar foi a professora da turma. Conclui-se então que de fato não existe uma preparação e construção dos projetos pedagógicos das escolas que se preocupem em atender adequadamente aos alunos com deficiência.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a presente pesquisa foi possível estudar e analisar teóricos que possibilitaram compreender como se dá a inclusão e a acessibilidade de alunos com deficiência nas escolas. A proposta consistiu em analisar os Projetos Pedagógicos de quatro escolas da rede pública municipal de Chapadinha-MA.

As escolas foram escolhidas, devido a minha sobrinha ter estudado nessas escolas que foram: Unidade Integrada José Augusto Costa, Unidade Integrada Lucas Tranquedo, Unidade Integrada João Carneiro e Pré-escola Universo da Criança. A pesquisa possibilitou conhecer as escolas, identificar as fragilidades existentes em cada uma delas, conhecer a secretaria de Educação Especial e a coordenadora fonoaudióloga da secretaria, bem como funciona o serviço da mesma.

Os projetos pedagógicos das escolas são muito comuns, o que diverge basicamente são as informações específicas quanto a fundação, estrutura e funcionários. As informações relacionadas a educação inclusiva se resumem apenas a um texto conceitual que se repete em todos os projetos, em nenhum deles foi possível encontrar ferramentas teórico-metodológicas destinadas a inserção e permanência dos alunos com deficiência e levar em consideração que esses alunos têm direito a educação a todas as atividades pedagógicas, esportivas e de lazer.

No decorrer desta pesquisa, houveram muitos obstáculos, além da pandemia que por duas vezes no município veio uma onda forte sendo obrigatório o fechamento dos estabelecimentos e em especial as escolas, que ficaram mais tempo fechadas, além da pandemia a dificuldade em obter os projetos foi grande, havia sempre uma resistência em fornecer as informações em se tratando das pessoas com deficiência.

Na secretaria de educação especial, a coordenadora forneceu um mapa de Atendimento Educacional Especializado-AEE, conforme consta no apêndice, nesse mapa fica descrito as escolas polo totalizando cinco escolas e as escolas que são atendidas por cada polo. Além do mapa, a secretaria explicou um pouco sobre como se dá esse atendimento, que as crianças são matriculadas nas suas determinadas escolas e encaminhas à escola polo para atendimento especializado em um contra turno. Nesse período de pandemia os pais desses alunos apenas compareciam à escola para receberem as atividades.

O que me levou a pesquisar sobre esse assunto, foi a vivência que eu tenho com minha sobrinha e de presenciar as dificuldades enfrentadas por sua mãe para que ela fosse inserida nas escolas. Todas as buscas, as barreiras encontradas a rejeição que ela sofreu nas escolas, me instigou a pesquisar. A intenção inicial era entrevistar professores, pais e alunos, porém não foi

possível devido ao tempo e a pandemia, precisei optar pela análise documental nos projetos pedagógicos das escolas.

Após concluir toda a análise, foi possível diagnosticar que não existe de fato a acessibilidade no ambiente escolar ou nos projetos, existe apenas um texto conceitual, as escolas não estão adaptadas fisicamente e pedagogicamente. Os alunos são matriculados, tem o atendimento no contra turno, porém é tudo muito genérico, a sala de atendimento é pequena e tem apenas uma mesa com seis cadeiras. A intenção com a conclusão dessa pesquisa é posteriormente dar um feedback para as escolas e secretaria, no intuito de poder contribuir direta ou indiretamente para inserção dessas Políticas Públicas de Acessibilidade.

Gostaria ainda de externar a imensa satisfação que tive ao longo dessa pesquisa, pois tive a oportunidade de conhecer novas pessoas que apesar de todas as dificuldades se matem fortes, não desistem e ainda estimulam outras pessoas que passam pelas mesmas dificuldades ou por dificuldades parecidas a não desistirem, pois apesar de tudo a tentativa de garantir o direito a acessibilidade de seus filhos os mantem fortes.

Porém também senti muita tristeza, angústia e ainda mais inquietações, ao perceber a situação em que se encontra esses espaços destinados a essas crianças, a forma como a educação está sendo ofertada e conduzida. A inquietação e luta de muito professores e gestores que não dispõem de ferramentas adequadas para garantir as políticas públicas de acessibilidades dentro do ambiente escolar.

Por fim, fico aqui com o desejo de seguir com essa pesquisa, na busca de ajudar de alguma forma, levar visibilidade para essas pessoas, instigar os governantes para juntos buscarmos formas de trabalhar para uma nova realidade. Sei que não é fácil, que são muitas questões para serem trabalhadas, mas acredito que aos poucos podemos sim, conseguir mudanças.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ-URIA, Fernando. La Configuración del campo de la infancia anormal. In: Barry M. Franklin (Org). **Interpretación de la discapacidad: teoría e historia de la educación especial**. Caspe, Barcelona: Ed. Pomares Corredor, 1996, p. 90-122.

ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: Transformação social ou retórica? In: Sadao Omote. (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. 1 ed. Marília (SP): FUNDEPE, 2004. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/mod/resource/view.php?id=126796&forceview=1>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/10.doc>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

BARROZO, Amanda Faria. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 16-28, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/download/11217/6951>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BATISTA, Bruno Nunes. Convite à análise discursiva em Michel Foucault nas pesquisas em Educação. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 84–96, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v10i20.3397>. Acesso em: 14 abr.2020.

BONKEWICH, Adriano Luiz dos Santos. A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, política e nos esportes. **SóNotícias**, [S. I.], 29 abr.2020. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/opiniao/a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-na-sociedade-politica-e-nos-esportes/>. Acesso em 10 de mai. De 2020.

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 de novembro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 28 abr.2020

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Institui ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853compilado.htm). Acesso em 24 de outubro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Institui ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853compilado.htm). Acesso em 24 de outubro de 2020.

CARVALHO, M. A. A. S.; DURAND, V. da C. R.; MELO, P. D. de. Acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais?. *Revista Principia*, João Pessoa, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/506/416>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: Ana Cristina Nasser. **A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ, v. 3, p. 295-316. 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod\\_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9\\_An%C3%A1lise%20documental.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf). Acesso em: 04 de nov. de 2020.

FOUCAULT, Michael. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GABRIELY, Alexandre Oliveira. **Edifícios públicos tombados e acessibilidade para pessoas com deficiência: um olhar multidisciplinar**, 2007, p. 37. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1658>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

HILLESHEIM, Betina; BERNARDES, Anita Guazzelli. Políticas de inclusão: a arte de governar a partir da liberdade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 1, p.129-137, jan./mar. 2015. Disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25675>. Acesso em: 2 set. 2020.

HILLESHEIM, Betina; CAPPELLARI, Amanda. Os corpos da inclusão: mídia e relações com a diferença. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26744>. Acesso em: 2 set. 2020.

HILLESHEIM, Betina; CAPPELLARI, Amanda. Vamos ser inclusivos/as? Campanhas na mídia e produção de verdades sobre inclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan./abr. 2019. Disponível: [periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25675](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25675). Acesso em: 2 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2103208>. Acesso em 02 de set. de 2020.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação e Realidade**, p.153-169, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8297/5536>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn. **Aprendizagem e Inclusão: implicações Curriculares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 25-44. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod\\_resource/content/1/Lud\\_And\\_ca p3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_ca p3.pdf). Acesso em: 04 de nov. de 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, ed. Moderna, v.1 p. 16, 2003. Disponível em: <https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, Marília, v. 10, n. 1, suplemento, p. 31-36, dez. 2005. Disponível em: <https://www.unifio.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MARIANO, Thiago Batista; CUNHA, Reginaldo Bezerra; GONÇALVES, Aurélio Alves Gonçalves; PEREIRA, Tarciso Pinto. Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade. **Jus**. [S. l.], mar. 2017. Disponível em: [https://jus.com.br/artigos/58014/políticas-publicas-de-inclusão-e-acessibilidade](https://jus.com.br/artigos/58014/pol%C3%ADticas-publicas-de-inclus%C3%A3o-e-acessibilidade). Acesso em 28 de abr. de 2020.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. A avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. **Ver. Bras. Ed.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 45-64, jan./abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 10 de mai. De 2020.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 45-64, jan./abr. 2009. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000100005>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MAZZOTA, Marcos José da Silva. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: 1ª Conferência da pessoa com deficiência: acessibilidade você também tem compromisso. Brasília, Caderno de textos, p. 30-32, 2006. Disponível em: <http://ipea.gov.br>. Acesso em 24 de outubro de 2020. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

NEGRINI, T.; COSTA, L. C. da.; ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. *Rev. Educ. Espec.*, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1632/1276>. Acesso: 02 de fev. de 2021.

NOGUEIRA, Cíntia Mara Persona. **O fisioterapeuta e a acessibilidade das pessoas com deficiência física**, 2007, p. 18. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1661>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

QEDU. [S. l.], 2019. Chapadinha: matrículas e infraestrutura. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/5279-chapadinha/censo-escolar?> Acesso em 02 de set. de 2020.

SAETA, Beatriz Regina Pereira. O contexto social e a deficiência. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, v. 1, n. 1, p. 51-55. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista\\_Psicologia/Teoria\\_e\\_Pratica\\_Volume\\_1\\_-\\_Numero\\_1/artigo7.PDF](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_1/artigo7.PDF). Acesso em 23 de outubro de 2020.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto político pedagógico: pré-escola Universo da Criança. Chapadinha: [S. n.], 2020a.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto político pedagógico: unidade integrada João Carneiro. Chapadinha: [S. n.], 2020b.

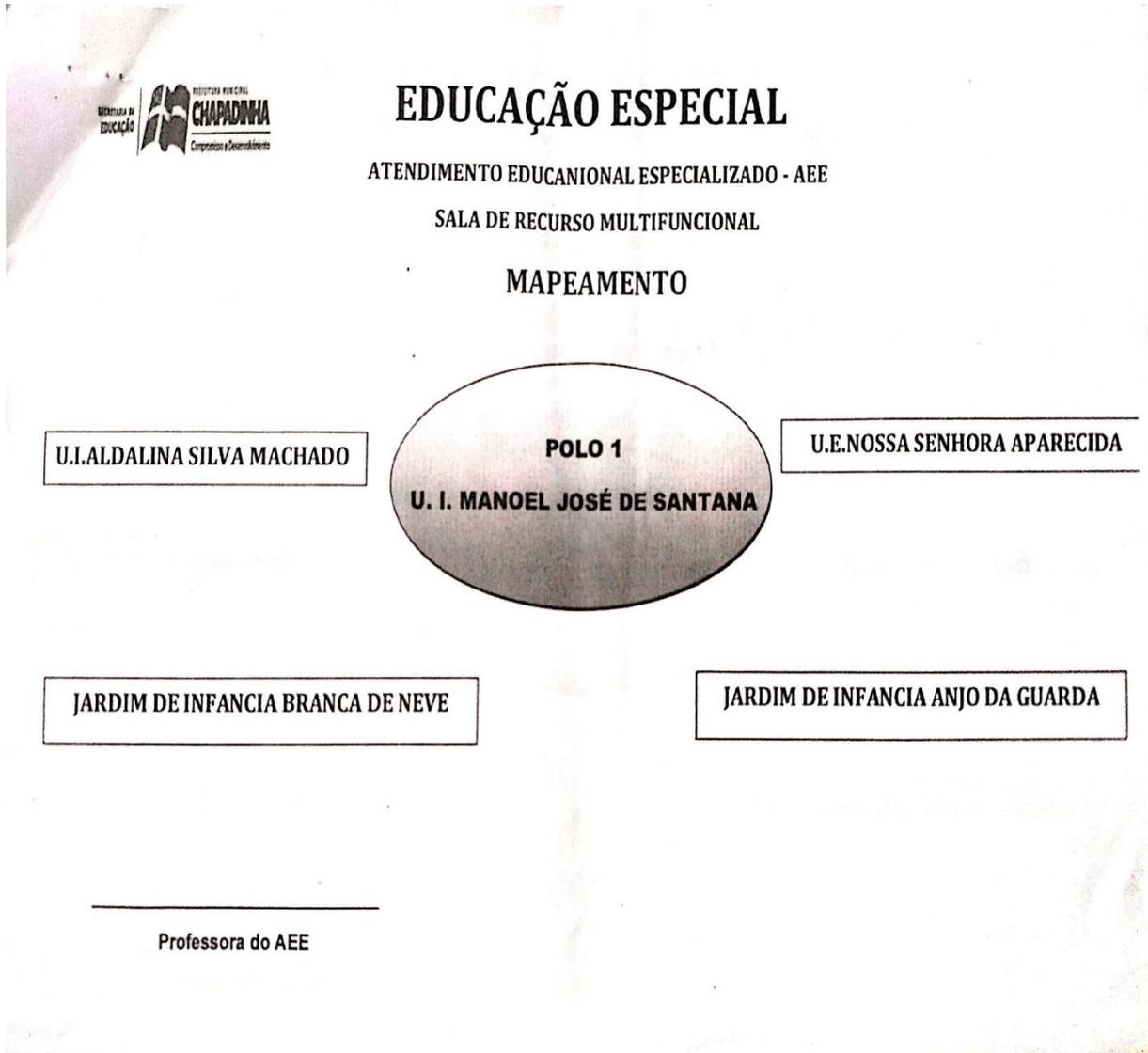
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto político pedagógico: unidade integrada José Augusto Costa. Chapadinha: [S. n.], 2020c.

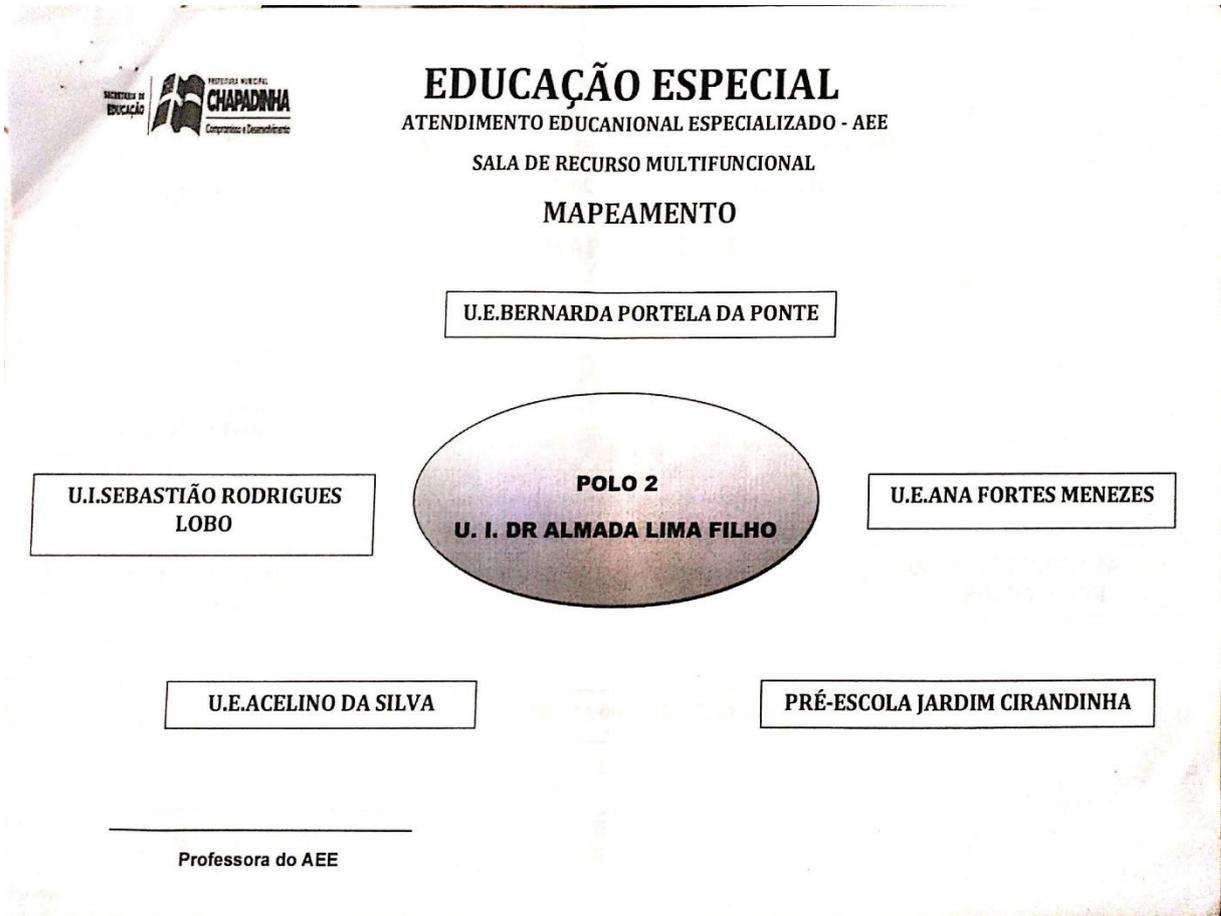
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Projeto político pedagógico: unidade integrada Lucas Tranquedo. Chapadinha: [S. n.], 2019.

VARELA, Julia. Categorias espaços – temporais e socialização escolar: Do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Discutindo a Escola Básica na Virada do Século: Cultura, Política e Currículo**. São Paulo: Cortez, 1995.

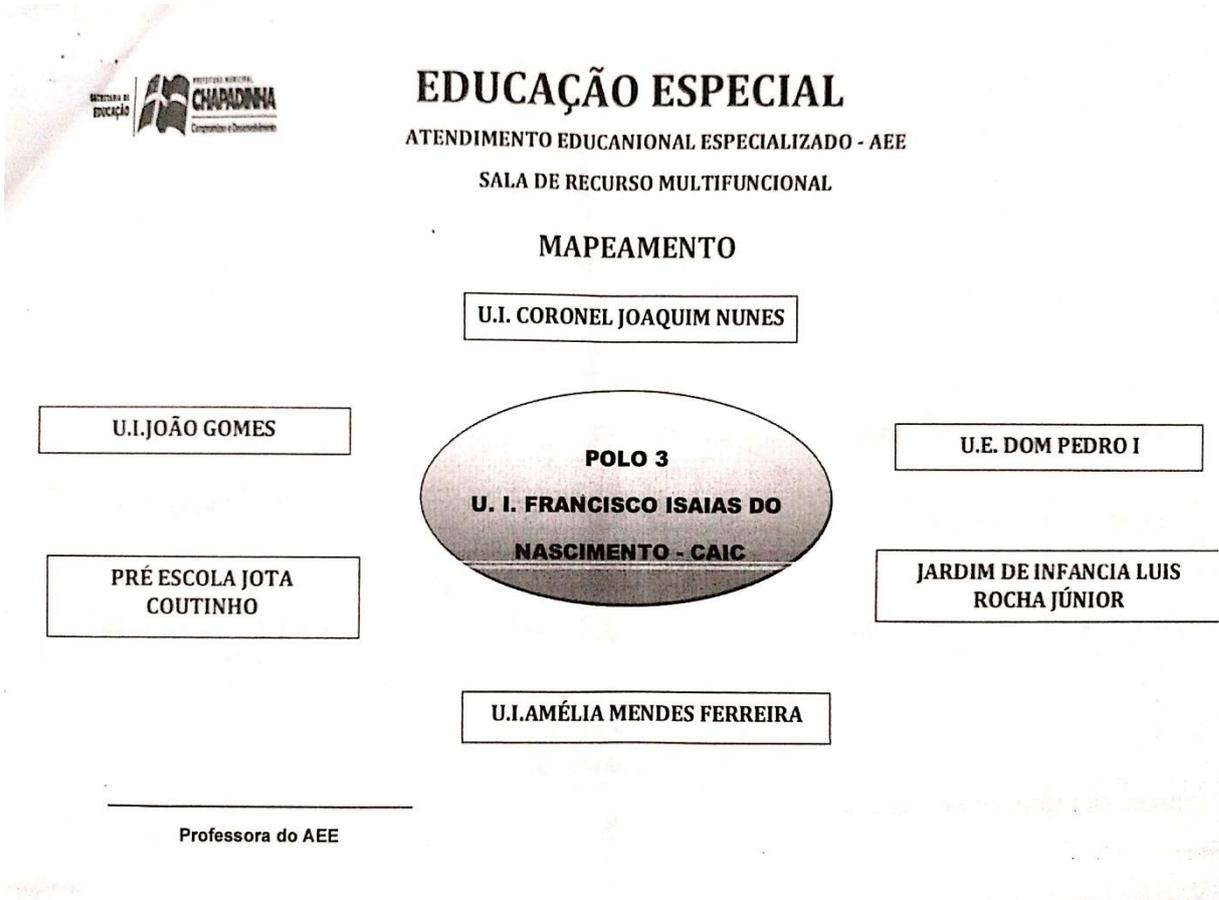
VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. (Org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 42-48.

## **APÊNDICE**

**Apêndice A- Mapeamento da Escola Pólo- Unidade Integrada Lucas Tranquedo**

**Apêndice B - Mapeamento da Escola Pólo- Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho**

## Apêndice C- Mapeamento da Escola Pólo- Unidade Integrada Francisco Isaias do Nascimento



**Apêndice D- Mapeamento da Escola Pólo- Unidade Integrada Professor Oliveira Roma**

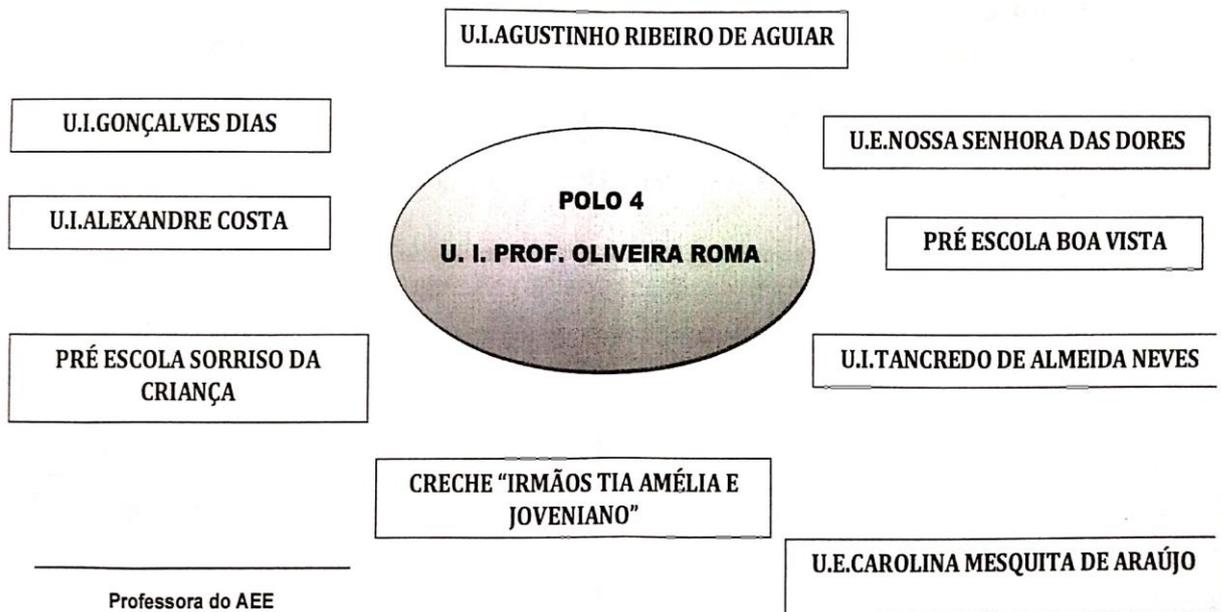


# EDUCAÇÃO ESPECIAL

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

## MAPEAMENTO



**Apêndice E- Mapeamento da Escola Pólo- Unidade Integrada Presidente José Sarney**



**EDUCAÇÃO ESPECIAL**  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE  
SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

**MAPEAMENTO**

**U.I.ISAIAS FORTES DE  
MENESES**

**POLO 5**  
**U. I. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY**

**U.E.CHAPADA DAS  
MULATAS**

**U.E.RAIMUNDO GOMES**

**JARDIM DE INFANCIA PINGO  
DE GENTE**

---

**Professora do AEE**

**Apêndice F- Carta de apresentação entregue na escola.**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**- MESTRADO E DOUTORADO -**

Santa Cruz do Sul, 29 de outubro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a aluna Fabiana Campos Silva regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado Interinstitucional – UNISC/FAP, turma 2019, sob o número de matrícula 108037, da Universidade de Santa Cruz do Sul, para buscar a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa nesta instituição.

Contando com sua compreensão, solicitamos seu apoio no sentido de permitir que a aluna/pesquisadora possa realizar atividades de levantamento de dados sobre sua dissertação *“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA”*.

Agradecemos a atenção.

Prof. Dr. Cláudio José de Oliveira Profa.  
Dra. Sandra Regina Simonis Richter  
Coordenação do Curso de Minter

**À**

**U. I. José Augusto Costa**

**Apêndice G- Carta de apresentação entregue na escola.**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**- MESTRADO E DOUTORADO -**

Santa Cruz do Sul, 29 de outubro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a aluna Fabiana Campos Silva regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado Interinstitucional – UNISC/FAP, turma2019, sob o número de matrícula 108037, da Universidade de Santa Cruz do Sul, para buscara possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa nesta instituição.

Contando com sua compreensão, solicitamos seu apoio no sentido de permitir que a aluna/pesquisadora possa realizar atividades de levantamento de dados sobre sua dissertação *“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA”*.

Agradecemos a atenção.



Prof. Dr. Cláudio José de Oliveira Profa.  
Dra. Sandra Regina Simonis Richter  
Coordenação do Curso de Minter

**A/C**

**Pré-escola Universo da Criança**

**Apêndice H- Carta de apresentação entregue na escola.**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**- MESTRADO E DOUTORADO -**

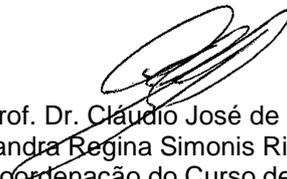
Santa Cruz do Sul, 29 de outubro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a aluna Fabiana Campos Silva regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado Interinstitucional – UNISC/FAP, turma 2019, sob o número de matrícula 108037, da Universidade de Santa Cruz do Sul, para buscar a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa nesta instituição.

Contando com sua compreensão, solicitamos seu apoio no sentido de permitir que a aluna/pesquisadora possa realizar atividades de levantamento de dados sobre sua dissertação *“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA”*.

Agradecemos a atenção.

  
Prof. Dr. Cláudio José de Oliveira Profa.  
Dra. Sandra Regina Simonis Richter  
Coordenação do Curso de Minter

**À**

**U. I. Lucas Tranquedo**

**Apêndice I- Carta de apresentação entregue na escola.**

**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**- MESTRADO E DOUTORADO -**

Santa Cruz do Sul, 29 de outubro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a aluna Fabiana Campos Silva regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado Interinstitucional – UNISC/FAP, turma 2019, sob o número de matrícula 108037, da Universidade de Santa Cruz do Sul, para buscar a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa nesta instituição.

Contando com sua compreensão, solicitamos seu apoio no sentido de permitir que a aluna/pesquisadora possa realizar atividades de levantamento de dados sobre sua dissertação *“POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA”*.

Agradecemos a atenção.

  
Prof. Dr. Cláudio José de Oliveira Profa.  
Dra. Sandra Regina Simonis Richter  
Coordenação do Curso de Minter

À

**Unidade Integrada (U. I.) José Sarney**